



Jorge Alexandre Carvalhosa Baptista

Combate no feminino: discursos, biologia e integração

Tese de Mestrado em Antropologia Social e Cultural, orientada pelo Professor Doutor Fernando Florêncio e pela Professora Doutora Cristina Padez

2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Agradecimento

À minha família, pelo constante apoio;

A Joana Maia, por estar sempre ao meu lado;

A todos os que deram um pouco do seu tempo nas entrevistas;

Ao Professor Doutor Fernando Florêncio pela constante disponibilidade;

A quem me foi enviando material de trabalho, mesmo sem ter qualquer obrigação a tal;

E a todos os que, de uma forma ou outra, contribuíram para levar este trabalho a bom porto;

Um muito obrigado.

Resumo

Em torno da discussão sobre o papel feminino na sociedade atual, e com o trabalho elaborado por diversas organizações, como as Nações Unidas (a nível global) ou a Comissão para a Igualdade de Género (a nível nacional), um dos casos incontornáveis é o das Forças Armadas. Tendo em conta o seu papel na sociedade portuguesa, e a sua dualidade entre instituição militar e instituição “política”, é interessante tentar perceber que discursos regem a integração feminina, principalmente em especialidades operacionais (vulgo, de combate), os seus aspetos politizados e as suas bases biológicas, nunca descurando a história dessa mesma presença e as experiências de outros países.

Assim, torna-se necessária uma investigação plural, multisituada e multidisciplinar, que tenha em conta as particularidades físicas do serviço militar, particularmente em especialidades operacionais, onde o combate direto (que envolve a mobilização, localização, engajamento e destruição de um inimigo/objetivo) é uma realidade, e que como tal requer dos participantes capacidades físicas acima da média. Neste trabalho é feita, então, uma discussão e avaliação entre dados biológicos (desde publicações científicas *peer-reviewed*, a opiniões publicadas em revistas militares), publicações e trabalhos sociológicos, a um trabalho de campo feito pelo próprio autor do presente trabalho, através de entrevistas semi estruturadas e não estruturadas.

Palavras-Chave

Especialidades operacionais; Integração; Combate; Política; Coesão; Recrutamento

Abstract

Around the discussion about the role of women in today's society, and with the work of various organizations, such as the United Nations (on a global level) or the Commission for Gender Equality ("Comissão para a Igualdade de Género", at the national level), one of the most compelling cases is the Armed Forces. Given its role in Portuguese society, and its unit of "political" administration and military institution, it is interesting to try to understand what discourses govern female integration, especially in operational specialties (associated with close combat), its politicized aspects and its biological bases, never forgetting the historical cases and the experiences of other countries.

Thus, it becomes necessary to conduct a plural, multisituated and multidisciplinary research that takes into account the particularities of military service, especially in operational specialties, where direct combat (involving mobilization, location, engagement, and destruction of an enemy) is a reality, and the participant's physical capabilities are required to be above average. In this work, then, there is a discussion and evaluation between biological data (from scientific publications, peer-reviewed journals to opinions published in military magazines), publications and sociological works, a field work done by the author of the present work, through semi-structured and unstructured interviews.

Key-words

Operational specialties; Integration, Combat; Politics; Cohesion; Recruitment

Índice

Agradecimento	i
Resumo.....	ii
Palavras-Chave.....	ii
Abstract	iii
<i>Key-words</i>	iii
Índice.....	1
Introdução	3
Metodologia	7
Capítulo 1: História legislativa da presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas	9
Cruzada das Mulheres Portuguesas.....	9
Enfermeiras Paraquedistas	11
Corpos voluntários do Ultramar e Medalha de Mérito Feminino – Pela Pátria	15
Abertura dos Serviços de Saúde.....	16
Lei do Serviço Militar de 1987 e abertura gradual ao sexo feminino	16
Capítulo 2 - Questões físicas mulheres em combate	19
<i>Marine Corps Force Integration Plan</i>	20
<i>Women in Close Ground Combat</i>	22
Lesões músculo-esqueléticas.....	23
Gravidez e trabalho de parto	24
Saúde mental	24
Saúde reprodutiva.....	24
Outras visões	25
Capítulo 3 – Alterações feitas para a integração feminina	28
Alteração dos requerimentos físicos de entrada	28
Alterações do Uniforme	30
Alterações de heráldica – caso do <i>Nordic Battle Group</i>	33
Capítulo 4 - Estratégias de Integração.....	36
Lógicas Discriminatórias e estratégias de integração.....	38
Conformismo.....	38
Assimilação	39

Cumplicidade	39
Assertividade.....	39
Estratégias preferidas	40
<i>Tokenismo</i> , problemas e efeitos	41
Relações <i>token</i> -dominante e relações <i>token-token</i>	41
Capítulo 5 - Panorama atual do Exército Português.....	43
Fim do Serviço Militar Obrigatório	43
Dia da Defesa Nacional.....	44
Presença feminina em números.....	45
Destacamentos em missões internacionais.....	46
Planos Nacionais para a Igualdade.....	47
Planos Nacionais de Ação para a Implementação da RCSNU 1325.....	49
Capítulo 6 – Papel/Necessidade de soldados do sexo feminino.....	52
Crises de guerra.....	52
Alteração de formas de recrutamento - Falta de voluntários.....	56
Questões de igualdade de acesso.....	58
Aproximação cultural.....	60
Capítulo 7 - Outras questões a considerar	63
Paz vs Guerra	63
Coesão.....	64
“Discriminação positiva”	72
Conclusão.....	75
Bibliografia	77
Anexo I.....	86

Introdução

Com a presente tese pretende-se, fundamentalmente, perceber a integração da mulher no seio do exército português e os moldes em que foi feita. No entanto, após cuidadosa análise da literatura já existente sobre o assunto, percebeu-se que são frequentemente postas de parte questões relativas a capacidade física e a sua relação com a abertura do Exército (e outros ramos das Forças Armadas) ao ingresso feminino. Assim, um dos principais objetivos da tese apresentada será fazer uma “ponte” entre os discursos políticos e sociais, e questões biológicas e de aptidão física, de forma a que seja possível uma análise mais completa dos discursos e práticas relativos à integração feminina.

Também analisada para esta tese será a perceção e opinião de antigos combatentes relativamente à integração feminina, e que importância é dada a questões físicas e biológicas e respetivas diferenças entre sexos. Para tal, serão feitas várias análises, nomeadamente de questões pró e contra a integração de mulheres no exército português (e forças armadas em termos mais globais) normalmente avançadas pelo público em geral; uma análise histórico-política, de forma a perceber porquê e de que forma surgiu a recente integração feminina em unidades de combate (inserida, também, em discursos feministas e de igualdade de género); e entendendo os desafios que uma mulher tem pela sua frente quando se decide por uma carreira militar.

De forma a criar fundações bibliográficas sobre as quais assentar a construção desta proposta abordagem integrada de análise social e biológica, serão analisados trabalhos de vários autores especializados em questões de integração, sociedade e/ou defesa, como Charles Moskos, Rosabeth Kanter e Helena Carreiras. Com a análise de trabalhos desses (e de outros autores), será possível introduzir conceitos importantes para a análise proposta neste trabalho (por exemplo, o conceito de *tokenismo*), clarificar processos históricos e desenhar um plano condutor de entrevistas e inquéritos a realizar.

Questões biológicas relacionadas com a aptidão para o serviço militar (como índices musculares, capacidades aeróbicas, etc.), e com o desempenho de missões (como taxas de ferimentos músculo-esqueléticos, taxas de prontidão, etc.), pela sua importância para o tema a ser trabalhado, terão também que ser analisadas. No entanto, dada a impossibilidade de desenvolver trabalho próprio junto do Exército Português, os

fos condutores serão análises físicas e antropométricas já existentes, nomeadamente estudos já publicados pelo Corpo de Marines norte-americano e do Exército britânico, o *Marine Corps Force Integration Plan* e o *Women in Ground Close Combat*, respetivamente. Também no prisma de capacidades físicas e dados antropométricos, será usada a bibliografia indicada na tabela 1 do artigo *The Importance of Physical Strength to Human Males*, de Sell, Hone e Pound. Essa bibliografia permitirá, então, corroborar dados, afirmações e permitirá contextualizar e melhor perceber as opiniões dos vários indivíduos entrevistados.

Como “pano de fundo” para esta investigação, foram considerados vários aspetos particulares do Exército, que o distinguem de outro tipo de instituições públicas. Desde a necessidade de controlo imposto aos seus membros, pela constante vigilância, hierarquização e formatação do próprio corpo dos soldados, num exercício de disciplina total, naquele que será um dos mais perfeitos exemplos da noção foucaultiana de corpos dóceis aplicada à realidade.

Um dos objetivos últimos da formação militar é a formação de soldados o mais semelhantes possíveis em termos de capacidades, para que sejam intersubstituíveis, e para que um comandante saiba o que esperar. No fundo, a criação de uma máquina militar passa pela transformação de pessoas em peças de uma máquina, substituíveis na sua função, e com padrões semelhantes. Nas palavras de Foucault, “o corpo constitui-se como peça de uma parte multisegmentária” (Foucault, 2014, p. 205). Juntando a estas noções a ideia de *habitus* apresentada por Bourdieu, como conhecimento ou disposições não só obtidas, mas incorporadas e posturais (Bourdieu, 1989, pp. 59–61), é possível estabelecer o campo de estudo como uma entidade autorreguladora e autoprotetora, pelo que a distinção entre discurso e realidade poderá ser nebulosa.

Dada a natureza sensível do tópico, muitos dos indivíduos entrevistados mostraram muita preocupação com o seu anonimato¹. Como tal, não serão usados nomes em referência a nenhum dos entrevistados. Contudo, e com o interesse de distinguir entre as várias opiniões, será usado um sistema de códigos, baseado no alfabeto fonético NATO. Para contextualizar o individuo, são indicadas características relativas ao seu posto hierárquico e serviço militar, conforme se pode verificar na tabela seguinte.

¹ De tal forma que vários entrevistados pediram para que as suas opiniões nem fossem reproduzidas neste trabalho. Assim, embora tenham sido tidas em conta, não foram aqui citadas.

Alfa	Sargento do Exército em situação de reserva. Especialidade de polícia militar. Sexo feminino
Bravo	Sargento paraquedista. Ministrou formação militar e participou em várias missões de manutenção de paz. Sexo masculino.
Charlie	Sargento Fuzileiro em situação de reserva. Ministrou formação militar nos Fuzileiros e Marinha. Sexo masculino.
Delta	Sargento da Força Aérea em serviço ativo como enfermeira. Sexo feminino.
Echo	Oficial da Força Aérea. Experiência de comando em missões de manutenção de paz. Sexo feminino.
Foxtrot	Praça do Exército em situação de reserva. Participou em missões de manutenção de paz, enquanto parte de uma unidade operacional. Sexo feminino.
Golf	Sargento do Exército em situação de reforma, com a especialidade de Comando, tendo prestado serviço militar na Guerra do Ultramar em Angola. Sexo masculino.
Hotel	Oficial do Exército em serviço ativo, especialidade não revelada. Sexo masculino.
India	Praça do Exército em serviço ativo, especialidade de Paraquedista. Sexo Masculino.
Juliet	Paraquedista em situação de reserva. Patente militar não revelada. Sexo masculino.

Tabela 1 - Nomes de código atribuídos aos entrevistados, usando o alfabeto fonético da NATO/OTAN.

Outra das considerações tidas com este trabalho foi a de utilizar a designação “soldado do sexo masculino/feminino”, em contraste à designação homens/mulheres, quando em referência a membros das forças armadas. Tal escolha de linguagem deveu-se à necessidade de “nivelar” o campo, independentemente do sexo, já que o que interessa são as performances, discursos e atitudes dos indivíduos, sem esquecer que se inserem num sistema mais vasto que é o Exército Português. Para além disso, a expressão “sexo” foi usada em detrimento da expressão “género” exatamente pela

primeira se referir à realidade biológica, que toma grande parte nos discursos e lógicas de apoiantes/opositores da integração feminina em funções militares, principalmente em funções eminentemente combatentes.

Em relação ao uso das designações hierárquicas militares (vulgo, patentes), foi decidido usar as designações originais, e não designações “no feminino”, como se pode encontrar, por exemplo, em *Mulheres em Contextos Atípicos*, de Helena Carreiras, onde são usados termos como “capitã” (Carreiras, 2004, p. 106) e “tenente-coronela” (Carreiras, 2004, p. 99).

Tal escolha foi feita considerando várias vertentes, nomeadamente questões linguísticas e preferências de indivíduos entrevistados. Sobre as primeiras, mais pode ser lido em *Feminização das Patentes do Exército*, do Sargento-Ajudante Cunha, que fornece “tabelas de equivalência” entre patentes masculinas e femininas (Cunha, 1997), ou em artigos de opinião, como *A tropa no feminino*² ou *Mulheres na tropa*³, do linguista Peixoto da Fonseca. No entanto, e tendo em conta que nenhuma das entrevistadas mostrou interesse em que a sua patente fosse tratada “no feminino” (pelo contrário, existiram várias opiniões fortemente contra tal, incluindo a ideia de que tal seria um “disparate” e só serviria para aumentar as diferenças entre soldados), prosseguiu-se com o uso de patentes sem alterações.

Relativamente ao estilo de escrita, embora tenha sido usado o Acordo Ortográfico de 1990 (vulgo, “Novo Acordo Ortográfico”), todas as citações transcritas, como partes de documentos legislativos ou outras publicações, foram mantidas conforme a ortografia original.

² Publicação original vista em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-tropa-no-feminino/10862>, visitado pela última vez a 16/06/2017.

³ Publicação original vista em <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/mulheres-na-tropa/3582>, visitado pela última vez a 16/06/2017.

Metodologia

A seleção da estratégia metodológica a utilizar foi feita de tal forma que fosse possível a conclusão satisfatória dos objetivos da investigação proposta. Tal estratégia metodológica passou por uma conjugação de vários métodos etnográficos que permitiram o desenvolvimento do trabalho, nomeadamente: etnografias de arquivo, métodos etnográficos digitais e entrevistas presenciais.

Com recurso a várias bibliotecas especializadas (como a biblioteca do Ministério da Defesa Nacional) e repositórios/arquivos *online*, foi possível desenvolver uma pesquisa bibliográfica que permitiu a construção de bases teóricas sobre as quais foi possível estruturar as entrevistas a realizar, assim como fazer uma equipagem teórica dos temas a abordar. Para além disso, com consulta de publicações adequadas, foi possível obter vários dados, como números de efetivos em serviço no Exército Português, efetivos utilizados em missões no estrangeiro, entre outros. Quando necessário, o tratamento de tais dados foi feito com recurso ao programa informático *Microsoft Windows Excel*.

Com recurso a redes sociais (como *Facebook* e *LinkedIn*) foi possível estabelecer redes de contactos de grande importância para obter testemunhos, marcar entrevistas e receber vários dados relativos ao tema em estudo. No entanto, vários dos contactados mostraram grande preocupação com a falta de privacidade/segurança de tais contactos via mensagem, pelo que ou recusaram falar, ou pediram para que nada do que dissessem fosse reproduzido, vontade essa que foi respeitada.

No que toca a entrevistas presenciais, foram realizadas um total de trinta e duas, junto de vinte e seis indivíduos, tendo sido a maioria gravada com recurso a uma aplicação para *smartphone*, quando os entrevistados o consentiam. Ainda assim, algumas das entrevistas feitas e gravadas não serão citadas, a pedido dos entrevistados.

As entrevistas realizadas inicialmente tinham sido planeadas como semiestruturadas, com um conjunto de questões a serem realizadas, e com a possibilidade de desenvolver uma conversa acerca do tema a tratar, mas de forma “guiada” (Fife, 2005, pp. 94–95). No entanto, com o desenvolvimento de mais contactos, rapidamente foi possível perceber que seria melhor optar por simples “conversas”, já que estas permitiam uma maior liberdade ao entrevistado em expor os

seus próprios pensamentos e opiniões, principalmente nos casos em que um entrevistado indicava outro. Por exemplo, a entrevistada Alfa apresentou a entrevistada Delta, e na apresentação do tema, desenvolveu-se uma conversa a três partes, o que permitiu a ambas exporem as suas opiniões e experiências mais pessoais sobre o assunto em causa, de uma forma que não teria sido possível com uma entrevista estruturada ou mesmo semi-estruturada. Precisamente pela possibilidade de permitir uma total liberdade aos entrevistados para exporem as suas opiniões, a maioria das entrevistas realizadas foram, de facto, entrevistas não estruturadas, como definido por Wayne Fife em *Doing Fieldwork: Ethnographic Methods for Research in Developing Countries and Beyond* (Fife, 2005, pp. 101–106).

Capítulo 1: História legislativa da presença feminina nas Forças Armadas Portuguesas

Cruzada das Mulheres Portuguesas

Uma das primeiras referências legislativas à participação da mulher nas Forças Armadas Portuguesas remonta à Primeira Guerra Mundial, e à criação de um corpo de enfermeiras destinadas a servir nos hospitais militares nacionais e os hospitais militares dos corpos expedicionários, em associação com a Comissão de Enfermagem da Cruzada das Mulheres Portuguesas⁴. Esta associação de caridade seria oficializada a 3 de julho de 1916, com o Decreto 2:493⁵, por iniciativa de Elzira Dantas Machado, esposa de Bernardino Machado, Presidente da República à altura, e com o propósito expreso de “prestar assistência moral e material aos que dela necessitassem por motivo da guerra com a Alemanha”. Nesse mesmo decreto é referida a intenção por parte da CMP em criar uma “ambulância”⁶ com capacidade para cerca de 400 feridos, destinada a prestar serviços nos campos de batalha onde se encontrem tropas portuguesas, e um hospital permanente em Lisboa, também com capacidade para cerca de 400 camas.

Com o Artigo 3º do supracitado artigo, é consagrada à CMP (e à Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha) a posição de “auxiliar dos serviços de saúde do exército”, sendo que o Artigo 2º coloca o pessoal das comissões hospitalares e de enfermagem da CMP sob as leis e regulamentos militares, não podendo desempenhar quaisquer serviços de saúde sem autorização do Ministro da Guerra.

A 21 de agosto do mesmo ano, 1916, são publicados os Decretos 3:306⁷ e 3:307⁸, autorizando a criação dos cursos de enfermagem da CMP, e definindo as formas de recrutamento de enfermeiras necessárias para o serviço de saúde do exército, respetivamente. Com o Decreto 3:306 ficam definidas as condições (de conduta, escolares e físicas) necessárias à frequência do curso de enfermagem a ser lecionado pela CMP e à obtenção do grau de enfermeira. Entre essas condições necessárias encontram-se o *“ter robustez suficiente para o serviço de enfermagem em campanha e*

⁴ Doravante referida como CMP

⁵ Extrato do Diário da Republica original retirado de: <https://dre.pt/application/file/270101>, visitado pela ultima vez a 03/02/2017

⁶ Aqui referindo-se a um hospital móvel de guerra

⁷ Extrato do Diário da Republica original retirado de: <https://dre.pt/application/file/496464>, visitado pela ultima vez a 03/02/2017

⁸ Extrato do Diário da Republica original retirado de: <https://dre.pt/application/file/496464>, visitado pela ultima vez a 03/02/2017

não sofrer de moléstia contagiosa” (alínea b) e ter um *“bom comportamento civil e perfeita dignidade moral”* (alínea d).

Com o Decreto 3:307 ficam definidas as formas de recrutamento das enfermeiras dos serviços de saúde do exército português (tanto para hospitais militares como para hospitais de campanha), vencimentos, direitos e formas de emprego. As condições de admissão ao concurso de recrutamento ficam definidas no Artigo 3º, sendo necessário que as candidatas tenham também robustez suficiente para o serviço em campanha e não sofram de doenças contagiosas (alínea b) e que tenham obtido diploma de enfermagem através do curso ministrado pela CMP, ou outro diploma equivalente de um curso de enfermagem nacional ou estrangeiro (alínea c).

Relativamente aos vencimentos e direitos das enfermeiras em serviço em hospitais de campanha e em hospitais militares no país, esses ficam definidos no Artigos 4º e 5º, respetivamente. As enfermeiras em serviço nos hospitais de campanha terão direito a transportes, alojamento e alimentação equivalentes aos oficiais do exército, e a vencimentos, subsídios, subvenções, pensões e reformas iguais às dos alferes do quadro auxiliar do serviço de saúde. Às enfermeiras em serviço nos hospitais militares nacionais é atribuído o direito a transporte equivalente ao dos oficiais, e a vencimentos, subsídios, pensões e reformas iguais a dois terços das que competem em tempo de paz aos alferes do quadro auxiliar dos serviços de saúde.

Também interessante é a questão colocada relativamente à separação das enfermeiras do combate, sendo que o Artigo 6º fixa que *“as enfermeiras não poderão ser empregadas em hospitais de campanha situados a menos de 10 quilómetros da linha de batalha”*. Esta obrigação legal de separação evitaria que as enfermeiras fossem destacadas para a “linha da frente”, onde os perigos de morte ou ferimento seriam muito mais elevados, ficando o cuidado imediato dos feridos em combate entregue a médicos, enfermeiros e maqueiros do sexo masculino⁹. No total, terão servido nos serviços de saúde do exército português cerca de 94 mulheres, 82 enfermeiras da Cruz Vermelha (Clemente, 2015) e 12 da Cruzada das Mulheres Portuguesas (Fraga, 2006, p. 15).

⁹ *“Assim, o apoio sanitário de 1.ª linha era composto pelos Postos de Socorros Avançados (PSA) — ao nível de Batalhão — e pelos Postos de Socorros (PS) — ao nível de Brigada. Os primeiros integravam uma equipa de um médico, dois enfermeiros e quatro maqueiros. (...) Este pessoal tinha um empenhamento de seis dias na frente, prestando os primeiros socorros a todos os feridos (...)”* (Fraga, 2006, p. 16)

Pese embora o facto de que essas enfermeiras não fossem consideradas soldados, mas sim “auxiliares dos serviços de saúde do exército”, os seus serviços foram largamente apreciados por todos os que receberam o seu apoio e os seus tratamentos¹⁰. Com este pequeno núcleo de pioneiras, é possível desenhar e perceber aquilo que será um “fio condutor” da participação feminina no exército português (e, de forma geral, noutros exércitos), durante muito tempo: serviços de enfermagem.

Enfermeiras Paraquedistas

O próximo passo do sexo feminino nas forças armadas portuguesas será dado durante a Guerra Colonial, com a criação de um grupo de enfermeiras paraquedistas, em 1961, podendo essa criação ser atribuída, em parte, à influência de Isabel Bandeira de Mello e às experiências das enfermeiras paraquedistas francesas (em particular, nas guerras da Indochina e da Argélia).

As origens dos corpos de enfermeiras paraquedistas franceses podem ser encontradas já na década de 30 do século XX, com o surgimento das primeiras “enfermeiras do ar” (que poderiam ser usadas tanto por organismos civis como militares), em 1934, e com a Cruz Vermelha Francesa a iniciar em 1937 a formação dessas enfermeiras em paraquedismo, sendo os primeiros 13 brevets atribuídos em 1938. Com o início da Segunda Guerra Mundial os treinos das enfermeiras francesas viriam a ser interrompidos, sendo apenas em 1949 (4 anos após o fim da guerra) criada oficialmente a “Secção de Enfermeiras Paraquedistas” da Cruz Vermelha Francesa. É logo na década de 1950 que essas enfermeiras recebem o seu batismo de fogo, com a sua participação nas guerras da Indochina e da Argélia (Grão, 2006, pp. 41–42; Torrão, 2011, pp. 20–21).

Em 1956¹¹ uma mulher portuguesa, de seu nome Isabel Bandeira de Mello (ficando conhecida como “Isabelinha”), obtém o brevet de paraquedista em França, no

¹⁰ “Não quiseram as mulheres da minha terra que outras fossem a olhar pelos nossos feridos e vá de partirem; pondo de parte o seu bem-estar, pondo de parte preconceitos, que sempre existem para irem, numa cruzada santa, levar, com o seu sorriso, com as suas palavras doces, com as suas mãos de fadas, conforto, alívio e alento a esses que por lá andavam, por terras de França, batendo-se a cumprir com o seu dever.” (Lousada, 2011, p. 679)

¹¹ Outra fonte, o livro *Anjos na Guerra*, de Susana Torrão, aponta o ano de 1956 como ano de obtenção de brevet de primeiro grau, e 1957 o ano de obtenção de brevet de segundo grau.

Centro Nacional de Paraquedismo de Biscarrose¹² (Grão, 2006, p. 45). Conhecendo várias enfermeiras paraquedistas da Cruz Vermelha Francesa (chegando mesmo a receber formação por parte de Jacqueline Domerge, uma famosa enfermeira paraquedista que viria a falecer em serviço na Argélia¹³), começa a desenvolver o projeto da criação de um corpo de enfermeiras paraquedistas portuguesas.

Em 1957, Isabel Bandeira desenvolve os primeiros contactos com o então Secretário de Estado da Aeronáutica (SEA), Kaúlza de Arriaga, reconhecido como o “pai” do paraquedismo militar português, que mostra algum interesse no projeto, embora adiando o mesmo, por pressão de assuntos de maior prioridade (Torrão, 2011, p. 43).

Será apenas em 1959 (já após Isabel Relvas ter ajudado à criação de legislação reguladora da prática de paraquedismo civil em Portugal, em 1958) que o Chefe de Gabinete do SEA envia ao Batalhão de Caçadores Paraquedistas (BCP) o programa original do Curso de Enfermeiras Paraquedistas da Cruz Vermelha Francesa, para ser estudado, traduzido, e modificado de acordo com as necessidades portuguesas. Após uma série de “negociações” relativas ao programa a ser implementado, entre o BCP e a Direção do Serviço de Recrutamento e Instrução (DSRI), fica definido o programa de treino das enfermeiras paraquedistas a 1 de junho de 1959¹⁴. No entanto é apenas a 5 de maio de 1961, com o Decreto nº 43 663, que viriam a ser oficializadas as primeiras vagas para o quadro de enfermeiras paraquedistas (Grão, 2006, p. 55)¹⁵.

A 24 de maio do mesmo ano, a DSRI definia o processo a ser usado nas provas de admissão, determinando que as provas psíquicas e físicas fossem feitas nos mesmos moldes das realizadas para os candidatos masculinos, embora adaptadas às condições peculiares da constituição física da mulher. Entre essas “*condições peculiares*”, destacavam-se os “*Distúrbios psíquicos nos períodos ante e menstrual*”, “*grande predomínio do sistema pélvico sobre o escapular*” e o “*grande predomínio dos músculos extensores sobre os flexores*” (Grão, 2006, p. 54).

¹² Já possuía o brevet de voo com motor, obtido em 1954 (Serra, 2014, p. 23)

¹³ Ver Grão, 2006, p. 45; Torrão, 2011, p. 39

¹⁴ Para consulta do programa completo de treino e negociações acerca do mesmo, consultar Grão, 2006, p. 50

¹⁵ Com a Lei nº 2135 (“Lei do Serviço Militar”), de 11 de julho de 1968, surgem provisões para a incorporação em regime de voluntariado de cidadãos do sexo feminino. Extrato do Diário da Republica original retirado de <https://dre.pt/application/file/272568>, visitado pela ultima vez a 03/02/2017.

As primeiras provas de admissão físicas viriam a ser efetuadas a 26 de maio de 1961, tendo sido apuradas 11 enfermeiras, que começariam o 1º Curso de Enfermeiras Paraquedistas a 6 de junho do mesmo ano. Apenas 6 conseguiriam terminar o curso, ganhando a alcunha de “As seis Marias”, já que todas se chamavam Maria. A 8 de agosto de 1961 termina o curso, com apenas 5 enfermeiras a receber o brevet e a boina de paraquedista, já que uma se tinha magoado num salto de treino, terminando o curso apenas na semana seguinte (Serra, 2014, pp. 50–51).

Desde 1961 até 1974, ano de término do curso de enfermeiras paraquedistas, viriam a ser formadas 46 enfermeiras paraquedistas, que participariam em todos os teatros de operações da guerra colonial portuguesa, e teriam como ultima missão no exterior a evacuação de civis vindos de Timor para Lisboa, em 1975. Falecera em serviço apenas uma enfermeira, Maria Celeste Ferreira da Costa, atingida pela hélice de um Dornier DO27¹⁶ quando se preparava para embarcar, a 10 de fevereiro de 1973, na Guiné (Grão, 2006, p. 91). Uma outra enfermeira, de seu nome Maria Cristina Justino da Silva, será a única a receber ferimentos graves, tendo sido baleada na cabeça, durante uma evacuação de feridos em combate de Mueda¹⁷ (Grão, 2006, p. 85). O seu testemunho do sucedido pode ser lido em *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*, nas páginas 289-291.

Embora o ultimo curso ministrado tenha sido em 1974, o fim oficial das enfermeiras paraquedistas viriam em 1980, com o decreto-lei nº 309/80, que decretava a extinção progressiva do quadro, mantendo a opção das oficiais e sargentos enfermeiras paraquedistas requererem ao chefe de Estado-Maior a passagem para o “quadro do pessoal militar permanente privativo do Corpo de Tropas Paraquedistas” (Torrão, 2011, pp. 30–31). É a 15 de maio de 2002 que se dá a extinção efetiva do grupo de enfermeiras paraquedistas, com a passagem à reforma de Maria de Lurdes Lobão, que também tinha sido a única enfermeira a ser formada pelo último curso de enfermeiras paraquedistas, recebendo o seu brevet a 25 de agosto de 1974 (Grão, 2006, p. 166; Torrão, 2011, p. 31).

Mais do que um processo legislativo, a admissão de mulheres nas Forças Armadas pela primeira vez, foi um processo de negociações culturais e institucionais,

¹⁶ Pequena aeronave monomotor, usada principalmente para o transporte de passageiros ou carga, evacuação de feridos, e esporadicamente, para missões de ataque ao solo, usando foguetes montados sob as asas.

¹⁷ Região moçambicana.

em que foram desafiados estereótipos e papéis sociais (embora os papéis sociais também fizessem parte do racional relativo à integração de mulheres em papéis de socorro e prestação de cuidados médicos). Prova da prevalência dos papéis de género socialmente impostos, mesmo durante a formação e destacamento de enfermeiras nos teatros de operação, pode ser encontrada nos despachos, decretos e portarias reguladoras dos modos de conduta das enfermeiras paraquedistas. Por exemplo, no Despacho Normativo nº 51 de 17 de maio de 1962, do Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA), general Mira Delgado, é feita menção à necessidade das enfermeiras paraquedistas manterem uma *“atitude irrepreensível de modo a conservarem-se, como tal tem acontecido até aqui, a coberto de críticas mal-intencionadas que possam ferir a sua reputação moral”*. No mesmo despacho, o CEMFA aconselha os oficiais a *“velar dum modo discreto mas firme para que as enfermeiras pára-quedistas: a) Não se apresentem no serviço ou fora dele exageradamente pintadas ou usando vestuário que possa causar escândalo. b) No seu comportamento reflectam tanto em serviço como fora dele, pelos gestos, comportamentos e atitudes, a simplicidade e recato que devem ser apanágio da sua classe. c) Se abstenham de fumar em público, especialmente quando uniformizadas”* (Grão, 2006, pp. 78–79).

Outra questão altamente legislada relativa ao papel social das enfermeiras paraquedistas, era o serem ou não casadas. As candidatas a enfermeira deveriam ser solteiras, e as que entretanto casassem em serviço, seriam desligadas do mesmo. No entanto, poderiam requerer a reincorporação ao serviço, ficando a servir em funções da especialidade que excluam paraquedismo (nomeadamente, hospitais militares), como se pode ler no Artigo 4º do Decreto nº 63/73¹⁸ de 26 de fevereiro de 1973. Será em 1975, com o Decreto nº 245/75¹⁹ de 21 de maio, o pessoal enfermeiro feminino equiparado a paraquedista que tenha contraído matrimónio antes da publicação do Decreto nº 63/73, e que por isso tenha sido desligado de serviço, pode requerer reingresso para preencher vagas no quadro de enfermeiros paraquedistas, via requerimento ao CEMFA.

¹⁸ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/684885>, visitado pela última vez a 03/02/2017.

¹⁹ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/336239>, visitado pela última vez a 03/02/2017.

Apesar das preocupações iniciais com a introdução de mulheres ao serviço militar²⁰, a verdade é que não parecem ter ocorrido quaisquer perturbações ou quebras disciplinares relativas ao serviço feminino. De facto, é possível encontrar numerosas memórias de antigas enfermeiras paraquedistas a atestar o companheirismo, carinho e respeito com que eram tratadas pelos seus camaradas militares, muito em virtude das provas que davam dos seus próprios méritos e capacidades. Bons exemplos desses testemunhos, escritos na primeira pessoa, podem ser encontrados em *Nós, Enfermeiras Paraquedistas*, de Rosa Serra, e *Anjos na Guerra*, de Susana Torrão.

Corpos voluntários do Ultramar e Medalha de Mérito Feminino – Pela Pátria

Com o estalar da Guerra Colonial em 1961, e com a falta de pessoal militar/policial para controlar a situação e proteger a população civil, é criada legislação a legitimar grupos milicianos (que, de resto, já existiam). Essa legislação surge na forma do Decreto-Lei n.º 43568²¹, que define a criação de um corpo de voluntários em cada uma das províncias ultramarinas, constituído por cidadãos portugueses aí residentes, e em condições de cooperar na manutenção da ordem e proteção da soberania nacional (artigo 1.º). Nesses corpos poderiam ser incorporados cidadãos do sexo feminino, embora estivessem dependentes das diretivas do Governador da Província, e para serviços de saúde (Artigo 9.º; §2).

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 44217²², a 2 de março de 1962, é feita uma “remodelação orgânica e funcional do instituído corpo de voluntários, a fim de lhe melhorar a capacidade de eficácia”. Com o artigo 7.º do supracitado Decreto-Lei, é indicado que “*Os indivíduos inscritos no organização provincial de voluntários são distribuídos, consoante a idade, o sexo, a aptidão física e a preparação profissional, por dois escalões, correspondentes, respectivamente, às missões de autodefesa e a às missões psicossociais.*” O parágrafo único desse mesmo artigo refere, então, que “*os voluntários do sexo feminino são destinados, em princípio, às missões psicossociais*”.

²⁰ Por exemplo, de forma a tentar evitar situações menos claras, a 18 de agosto de 1961 o CEMFA manda publicar uma recordatória da obrigatoriedade de prestar todas as saudações e honras militares ao pessoal feminino com graduação militar, como se pode ver em Grão, 2004, pp. 65.

²¹ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/559500>, visitado pela última vez a 03/02/2017.

²² Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/517943>, visitado pela última vez a 03/02/2017.

A 12 de setembro de 1962 é criada, através do Decreto-Lei n.º 44566²³, a Medalha de Mérito Feminino – Pela Pátria, uma condecoração com o objetivo de “(...) galardoar as mulheres portuguesas que, por actos ou serviços de assinalado mérito, se distingam na defesa da integridade territorial ou do património moral da Nação” (Artigo 1º do Decreto-Lei n.º 44566). A título de exemplo, uma das mulheres a quem esta medalha foi entregue terá sido Joana de Saúde Pires Tenório, “*Enfermeira nas minas do Mavoio, da Empresa do Cobre de Angola, (...) que em Março de 1961, quando da onda sanguinária do terrorismo avassalava a região do Mavoio, forçando a evacuação total de mulheres e crianças, ficou voluntariamente até que a região estivesse ocupada militarmente e pacificada, continuando a prestar a elementos do Exército a sua assistência técnica e moral; (...) demonstrou sempre, sobretudo nos momentos mais críticos, as suas extraordinárias qualidades de abnegação, heroísmo e sacrifício, a par de incedível calma, valentia e patriotismo, pelo que deve ser apontada como exemplo de portuguesa que nobremente serviu a Pátria (...)*”, extrato da portaria de 28 de Setembro de 1962 (Diário de Governo n.º 255 / II Série / 1962), retirado e adaptado de Estrela, 2016.

Abertura dos Serviços de Saúde²⁴

Ainda no seguimento da incorporação de mulheres em serviços de saúde das forças armadas (quer como militares, no caso das enfermeiras paraquedistas, como auxiliares voluntárias, como no caso da Cruzada da Mulher Portuguesa), surge em 1972, com a portaria n.º 439/72, de 8 de agosto, a abertura dos serviços de saúde de todos os ramos das forças armadas à incorporação de pessoal feminino. O artigo 10º da mesma portaria define ainda que cada ramo criará um curso de instrução militar básica a frequentar pelas voluntárias admitidas à prestação de serviço.

Lei do Serviço Militar de 1987 e abertura gradual ao sexo feminino

²³ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/160022>, visitado pela última vez a 03/02/2017.

²⁴ No entanto, esta portaria parece não ter tido qualquer impacto nas forças armadas, já que não foram encontradas, nem na literatura, nem em entrevistas, quaisquer indicações de ingressos femininos nesta altura.

Surge, a 7 de julho de 1987, com a Lei nº 30/87, a lei do Serviço Militar, que vem substituir a anterior lei nº 2135 de 1968. O artigo 1º, nas suas várias alíneas, afirma a defesa da pátria como obrigatoriedade de todos os portugueses, e em consequência, o serviço militar a todos os cidadãos portugueses dos 18 aos 38 anos. É com o artigo 42º, intitulado “Obrigações militares dos cidadãos do sexo feminino”, que as mulheres ficam dispensadas das obrigatoriedades do serviço militar. No mesmo artigo, alínea b, é definido que os cidadãos do sexo feminino podem prestar serviço militar voluntário, de forma a ser definida por diploma próprio.

A 15 de dezembro de 1988, é publicado o decreto-lei nº 463/88, que regulamenta a Lei do Serviço Militar. No artigo 70º, referente ao serviço voluntário feminino, é referida a possibilidade de prestação de serviço militar efetivo por cidadãos do sexo feminino, em regime voluntário, ou noutra forma de serviço decorrente do recrutamento especial. A alínea 2 do mesmo artigo remete o recrutamento e formas de serviço para cada ramo, sendo definidos em diploma próprio. Com a alínea 3 é afirmada a obrigatoriedade dos regimes estatutários que enquadrem a prestação de serviços salvaguardarem os princípios constitucionais que protejam a igualdade dos cidadãos, a especificidade do desempenho das funções militares, e a função social da maternidade. Finalmente, com a alínea 4, fica salvaguardada a manutenção das carreiras dos militares do sexo feminino que já prestem serviço.

A Força Aérea será o primeiro ramo a abrir os seus quadros ao ingresso de mulheres, abrindo com a portaria nº 60/90, de 25 de janeiro de 1990, “em condições de igualdade com os cidadãos do sexo masculino”, as especialidades de Piloto Aviador; Engenheiro aeronáutico; Engenheiro de aeródromo; Engenheiro eletrotécnico; Intendência e Contabilidade; Médico. A mesma portaria garante formação igual à dos cidadãos de sexo masculino, e regulação pelas disposições estatutárias aplicáveis ao pessoal militar do sexo masculino, com salvaguarda do regime jurídico de proteção da função social da maternidade.

A 11 de novembro de 1991 será a vez do Exército abrir algumas das suas armas ao ingresso de cidadãos do sexo feminino, com a portaria nº 1156/91. Essas armas são: Armas de Engenharia e Transmissões; Serviços de Saúde; Administração Militar; Material; Informática; Pessoal; Justiça e Disciplina; Cartográfico; Reconhecimento das Transmissões; Transportes; Educação Física; Material de Instrução; e Bandas do Exército. Tal como no caso da Força Aérea e da própria Lei do Serviço Militar de 1987,

também esta portaria garante a salvaguarda do regime jurídico de proteção da função social da maternidade.

A Marinha será o último ramo a abrir algumas das suas armas a candidatos do sexo feminino, com a Portaria nº 163/92 de 13 de março de 1992, embora estabelecendo as especialidades a abrir de acordo com a patente militar. Assim, para oficiais do quadro permanente (QP) são abertas as categorias de médicos navais e farmacêuticos navais. Para oficiais do regime de contrato (RC) são abertas as categorias de especialistas e técnicos especialistas. Para sargentos do QP são abertas as categorias de eletrotécnicos, maquinistas navais, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica. Para sargentos do RC são abertas as categorias de eletrotécnicos e maquinistas navais. Aos praças, em RC, são abertas as categorias de abastecimento; condutores mecânicos de automóveis; eletricitas; condutores de máquinas; despenseiros; músicos; radaristas; e comunicações. Também nesta portaria, tal como nas anteriores, ficam salvaguardados os princípios constitucionais da igualdade e da função social da maternidade.

A abertura definitiva de todas as armas de serviço do Exército à participação feminina surgirá em 1996, com a portaria nº 238/96. Esta portaria vem alterar o artigo 1º da portaria nº 1156/91, abrindo todas as armas e serviços do Exército à participação feminina, justificando tal abertura com o aumento do *“interesse dos militares do sexo feminino em ingressar no Exército para prestar serviço nas várias modalidades, interesse esse que supera quer o número de armas e serviços quer o de especialidades de destino”* (extrato retirado da Portaria nº 238/96). No entanto, é necessário fazer o reparo de que as forças de ação especial (paraquedistas, comandos e operações especiais), com exceção dos paraquedistas, continuam sem ter qualquer efetivo feminino.

Capítulo 2 - Questões físicas mulheres em combate

Tanto no que diz respeito a entrevistas realizadas a membros do exército (de ambos os sexos), como à bibliografia consultada, uma das questões incontornáveis e mais pertinentes relativamente à participação feminina na instituição militar são as diferenças físicas entre os sexos. Tendo em conta que este trabalho não pretende desenvolver novas tabelas de dados antropométricos associados a dimorfismo sexual humano para o caso específico do universo militar português, mas apenas pretende estabelecer uma comparação generalista entre homem/mulher, serão usados dados já presentes em bibliografia já publicada.

Desde já, é possível determinar que, nos seres humanos, os indivíduos de sexo masculino possuem:

- Maior força nos membros superiores (Lassek & Gaulin, 2009)
- Corpos mais altos e mais pesados (Alexander et al., 1979; Wells, 2007)
- Tempos de reação mais curtos (Der & Deary, 2006)
- Ossos mais fortes e densos (especialmente nos braços) (Schoenau, 2001; Wells, 2007)
- Visualização espacial mais apurada, o que implica também maior pontaria a atirar objetos e a bloquear objetos atirados (Jardine & Martin, 1983; Parsons et al., 2004; Voyer et al. 2016)
- Dissipação de calor mais fácil (Burse, 1979)
- Sangue mais rico em hemoglobina (e maior quantidade de sangue circulante) (Burse, 1979)
- Maior rácio músculo-gordura (Lassek & Gaulin, 2009)
- Maior resistência à desidratação (Burse, 1979)
- Maior capacidade pulmonar (e maior capacidade aeróbica e anaeróbica) (Gursoy, 2010)
- Pele mais grossa (Wells, 2007)

Estas características fisiológicas significam que, em condições operacionais, e em igualdade de circunstância, se pode esperar de soldados do sexo masculino maior uma melhor prestação em combate e uma menor morbilidade, nomeadamente em

termos de ferimentos músculo-esqueléticos. No entanto, é também necessário realçar que indivíduos do sexo feminino terão uma resistência à lactase ligeiramente superior aos indivíduos do sexo masculino, e melhor flexibilidade do que estes.

Na mesma medida, estudos feitos pelo Corpo de *Marines* dos Estados Unidos²⁵ e pelo Ministério da Defesa do Reino Unido²⁶ parecem apontar para uma menor prestação em combate por parte de soldados do sexo feminino, associados a maior morbidade e menor letalidade. Em virtude dos dados fornecidos por ambos os estudos, será de grande interesse explorar os resultados de ambos de forma aprofundada.

Marine Corps Force Integration Plan

Estudo com duração de 2 anos, iniciado em 2013, aquando de uma ordem de abertura de todas as funções de combate à integração feminina, por parte do então Secretário da Defesa Leon Panetta. Teve como grupo de estudo um grupo de 400 voluntários (100 dos quais do sexo feminino), avaliados num conjunto de tarefas e exercícios relacionados com operações de combate, com o objetivo de avaliar a prestação feminina em situações de combate.

Em 2016, os resultados seriam usados como justificação para o requerimento de exceção à obrigatoriedade legal de permitir o ingresso feminino em especialidades operacionais, pedido que viria a ser negado.

Este estudo analisou, entre outros parâmetros, a *performance* de uma unidade de teste que terá realizado 134 tarefas físicas relacionadas com a atividade de especialidades operacionais²⁷. Após análise dos dados obtidos, concluiu-se que:

- Em 93 das 134 tarefas (69.40%) avaliadas existiu uma diferença estatisticamente significativa entre o grupo de controlo (composto apenas por homens) e pelo menos um dos grupos com elementos femininos;
- Das 93 tarefas com diferenças estatisticamente significativas, o grupo de controlo teve uma *performance* superior a pelo menos um dos grupos integrados

²⁵ Nomeadamente, o *United States Marine Corps Force Integration Plan*.

²⁶ Nomeadamente, ambos os *Women in Ground Close Combat*, de 2014 e 2016.

²⁷ Por “especialidade operacional” entende-se uma função militar cujo principal objetivo é o contacto com e destruição de um inimigo em combate de proximidade, utilizando toda uma panóplia de armamento como armas de fogo, granadas e baionetas.

em 88 tarefas (94.62%). Nas restantes 5 tarefas (5.38%), pelo menos um dos grupos integrados teve uma *performance* estatisticamente superior que o grupo de controlo.

- Das 93 tarefas com diferenças estatisticamente significativas, 30 mostraram diferenças estatisticamente significativas de pelo menos 30%, com 28 tarefas a favorecerem o grupo de controlo, e 2 a favorecerem pelo menos um dos grupos integrados²⁸.
- Do grupo das 30 tarefas com pelo menos 30% de diferenças estatisticamente significativas, a maioria ocorreu com a infantaria, em atividades de grande esforço físico, tal como seria de esperar com base na literatura apresentada anteriormente.

Outras conclusões também obtidas pela investigadora Katelyn Allison, da Universidade de Pittsburgh, no seguimento dos exercícios realizados pelo *Marine Corps* (e que se podem consultar no seu relatório, intitulado *Ground Combat Element Integrated Task Force Research*), foram de que:

- Em média, os *Marines* femininos tiveram melhor performance do que os masculinos na maioria das variáveis referentes a flexibilidade, equilíbrio, e biomecânica;
- Em média, os *Marines* masculinos tiveram melhor performance do que os femininos em tarefas de força, fisiologia e testes de campo em força e agilidade;
- Melhor capacidade aeróbica e anaeróbica, maior força nos tornozelos, e melhor biomecânica do joelho, foram associados com a graduação de especialidades escolhidas;
- Maior capacidade aeróbica e maior força de rotação externa do ombro foram associadas a menor probabilidade de ferimentos durante os treinos e avaliações operacionais, e maior salto em comprimento foi associado com menos probabilidades de ferimentos durante testes de terreno;

²⁸ Ambas as tarefas que favoreceram pelo menos um grupo integrado estão relacionadas com o uso da metralhadora pesada M2, de calibre 12.7mm. Curiosamente, uma das entrevistadas, Alfa, menciona a sua facilidade em usar essa mesma arma, assim como outras metralhadoras médias e ligeiras. Uma das explicações avançadas, por dois entrevistados (que ministraram formação militar), Bravo e Charlie, é a de que esses sistemas de armas são empregues a partir de pontos de apoio, o que reduz o recuo sentido pelo operador, e pode permitir uma melhor pontaria.

- Durante operações de treino e avaliações operacionais, 40.5% dos *Marines* do sexo feminino e 18.8% dos *Marines* do sexo masculino reportaram pelo menos um ferimento músculo-esquelético;
- No caso dos *Marines* do sexo feminino o ferimento mais comum foi na anca (8 casos de um total de 27 registados para este sexo), seguido por ferimentos nos pés e dedos dos pés (7 casos de um total de 27 registados para este sexo);
- No caso dos *Marines* do sexo masculino o ferimento mais comum foi nos pés e dedos dos pés (12 de um total de 26 registados para este sexo);
- Em ambos os casos anteriormente mencionados, a causa principal para ferimentos músculo-esqueléticos foram marchas com equipamento de combate (17 dos 27 ferimentos registados para o sexo feminino e 10 dos 26 ferimentos registados para o sexo masculino);
- Em ambos os casos, o tipo de ferimento mais comum era o de dor/espasmo/dor prolongada (10 dos 27 ferimentos para o caso feminino; 7 dos 26 ferimentos para o caso masculino).

De facto, as taxas de ferimentos músculo-esqueléticos relacionadas com tarefas fisicamente exigentes parecem estar de acordo com o que seria de esperar após uma análise prévia de bibliografia já existente, com maior incidência no sexo feminino.

Women in Close Ground Combat

Em 2014, é feita uma revisão aos três ramos das Forças Armadas britânicas (*Royal Army*²⁹, *Royal Airforce*³⁰ e *Royal Navy*³¹), com o objetivo de rever a exclusão feminina de papéis de combate³², identificar prós e contras da integração feminina, e fazer recomendações relativamente a essa questão. Surge então um documento inicial,

²⁹ Equivalente ao Exército Português.

³⁰ Equivalente à Força Aérea Portuguesa.

³¹ Equivalente à Marinha Portuguesa.

³² As especialidades de combate fechadas ao ingresso feminino eram os *Royal Marines* (equivalentes aos Fuzileiros da Marinha Portuguesa, fazendo parte da *Royal Navy*), *RAF Regiment* (unidade dedicada à defesa de aeródromos e aeronaves, parte da *Royal Air Force*. O equivalente português seria a Unidade de Proteção da Força). Da parte do Exército britânico, as unidades fechadas ao ingresso feminino eram o *Royal Armoured Corps* (unidades de carros de combate, vulgo tanques, e outros blindados, sendo o equivalente português o Batalhão Mecanizado), e posições de Infantaria. (*WOMEN IN GROUND CLOSE COMBAT FINDINGS PAPER – 17 MAY 2016*, n.d.)

intitulado *Women in ground close combat (GCC) Review paper: 1 December 2014*, influenciado por trabalhos anteriores, de 2002 e 2010 (Ministry of Defence, n.d.).

No seguimento desse estudo inicial, o Secretado de Estado da Defesa³³ do Reino Unido, Michael Fallon, demonstra interesse em abrir as especialidades de combate ao ingresso feminino, até então barrado. Para avaliar mais concretamente possíveis riscos e benefícios de permitir o serviço feminino em posições de combate, foi iniciado em 2015 um estudo mais completo, elaborado com voluntários (de ambos os sexos) que serviam nos três ramos das Forças Armadas britânicas.

Não muito dissemelhante em termos de objetivos e metodologias do *USMCFIP*, as conclusões do *WGCC* (retiradas do *Interim Report on the Health Risks to Women in Ground Close Combat Roles*, 2016) são também relativamente semelhantes, nomeadamente:

Lesões músculo-esqueléticas

- As lesões músculo-esqueléticas foram a causa mais comum de desclassificação médica e alta médica tanto em homens como em mulheres. O risco de lesões músculo-esqueléticas no treino inicial do Exército foi duas vezes maior nas mulheres do que nos homens, e esse risco de lesão foi ainda maior nas lesões por uso excessivo.
- Os recrutas femininos eram 3 vezes mais propensos a sofrer uma lesão por fratura de *stress*, e 10 vezes mais propensos a sofrer uma fratura de stress no quadril em comparação com os recrutas masculinos.
- Em homens, o risco de lesões músculo-esqueléticas e, especificamente, de fraturas de *stress*, foi 7 vezes maior em recrutas de Infantaria do que em recrutas do Exército em especialidades menos fisicamente exigentes.
- O risco de lesões na parte superior do corpo no treino inicial do Exército foi semelhante para ambos os sexos.
- O risco de alta médica para soldados do sexo feminino foi duas vezes superior ao risco associado a soldados do sexo masculino, com esse risco aumentado em relação a lesões do quadril.

³³ Posição equivalente à de Ministro da Defesa.

- Os soldados do sexo feminino dos três ramos das forças armadas tiveram uma taxa de desclassificação médica mais elevada do que os homens, particularmente nos primeiros quatro anos de serviço.

Gravidez e trabalho de parto

- Os soldados de sexo feminino relataram um número maior de dias de trabalho perdidos devido a lesão músculo-esquelética e doença entre 26 a 52 semanas pós-parto em comparação com a pré-gravidez.
- A saúde esquelética não se recupera completamente por até dois anos após o desmame, aumentando o risco de lesão esquelética para as mulheres em especialidades operacionais.

Saúde mental

- A saúde mental e distúrbios comportamentais foram a segunda causa mais comum de desclassificação médica em soldados de ambos os sexos.
- Os soldados do sexo feminino apresentaram problemas de saúde mental com mais frequência do que os soldados do sexo masculino.
- Os soldados do sexo feminino também eram mais propensos a sofrer de ansiedade e depressão do que os soldados do sexo masculino, não se sabendo se essa diferença será agravada pela exposição ao combate por parte dos soldados do sexo feminino nos papéis do GCC.

Saúde reprodutiva

- A natureza árdua dos papéis do GCC pode prejudicar a saúde reprodutiva e osteomuscular ao interromper a sinalização neuroendócrina (entre o cérebro e os órgãos reprodutivos). Efeitos semelhantes são vistos em atletas envolvidos em treino intensivo.
- Foi realizada uma auditoria inicial para examinar a ocorrência de problemas de fertilidade em mulheres atendidas em atenção primária. Os soldados do sexo

feminino tinham mais probabilidade de apresentar problemas de fertilidade do que as mulheres com idade igual a 30 anos de idade, devendo essas descobertas ser seguidas com investigações prospetivas.

Sendo os pontos acima referidos um sumário das conclusões do estudo (em termos de capacidades físicas), torna-se necessário ter em conta que as especialidades escolhidas afetavam, também, as frequências de ocorrência de todo o tipo de ferimento ocorrido, as taxas de prontidão, letalidade e morbidade dos soldados do sexo feminino (e, também, dos soldados do sexo masculino).

Ainda assim, e com base nos dados analisados, parece, de facto, ser possível afirmar que se pode esperar uma pior prestação por parte de soldados do sexo feminino em especialidades de combate, tendo em conta diferenças físicas. No entanto, também é necessário notar que os dados apresentados pelos dois estudos militares supracitados não corresponde à população militar portuguesa, mas às populações militares dos dois países envolvidos (Estados Unidos da América e Reino Unido).

Junto de quem advogava a não presença de soldados do sexo feminino em especialidades de combate, as questões relativas a capacidade física eram sempre trazidas para a discussão – de forma mais ou menos frontal. No entanto, enquanto alguns entrevistados se limitavam a mostrar as suas objeções a tal presença, outros mencionavam que embora com taxas de ferimentos superiores às dos homens, e dos riscos para a saúde futura, tal escolha deveria partir apenas de quem as tomava. Dando o exemplo dos pilotos de helicóptero que sabem que o exercício dessas funções lhes poderá trazer problemas de coluna, a entrevistada Echo mantém que, sem prejuízo para os *standards* militares, e conscientes para tais riscos, quaisquer indivíduos devem poder seguir a especialidade que desejarem, desde que para tal estejam aptos.

Outras visões

Outros autores, como o Major Robert Nabors, apresentam conclusões semelhantes, relativamente aos aspetos físicos que rodeiam o discurso de se devem ou não soldados do sexo feminino ter a possibilidade de assumir especialidades operacionais. Em *Women in the Army: Do they measure up?*, Nabors afirma que

embora, de facto, soldados do sexo feminino estejam em desvantagem relativamente a soldados do sexo masculino, devido a questões biológicas, a comparação “homem-mulher” não interessa, sendo que o que deve ser comparado é “mulher-função”. Ou seja, não interessa se um soldado feminino está ao nível de um masculino, mas sim se consegue cumprir a função que lhe foi confiada (Nabors, 1982, p. 53).

A visão “melhor pessoa para a função” surgiu várias vezes nas entrevistas realizadas com vários entrevistados a admitir que, em funções como administração e saúde, não só os soldados do sexo feminino tinham melhor *performance* do que os masculinos, como eram preferíveis. Um das expressões usadas por vários entrevistados era a da “tropa dos papéis”, em referência a toda a cadeia logística/administrativa onde era mais comum encontrar soldados do sexo feminino.

Em casos específicos, a entrevistada Alfa menciona o caso das juristas (classe da qual faz parte), como um bom exemplo das capacidades onde soldados do sexo feminino brilham. Noutro caso, a entrevistada Delta menciona como as enfermeiras militares são melhores do que os enfermeiros masculinos, comparação que, aliás, estende ao mundo civil. Também importante é referir a opinião da Echo, que afirma que “o único papel da mulher não é nem deve ser segurar a mão do homem”, em referência à maior participação feminina em especialidades de saúde e administração, e à ideia de que as mulheres são melhores enfermeiras do que os homens.

Um dos fatores que Nabors considera relativamente à integração feminina em papéis de combate, é a evolução tecnológica e o que esta possibilita. Usando o exemplo dos camiões, que antes do advento de sistemas de direção e travagem assistidas, poucas mulheres conseguiam conduzir, o autor menciona como novos veículos de combate e sistemas de armas podem incorporar tecnologias que permitam a sua utilização por parte de mais soldados do sexo feminino (Nabors, 1982, pp. 54–55).

Um exemplo que surgiu recentemente na realidade portuguesa é o caso dos submarinos da classe Tridente, que pela primeira vez na história da marinha portuguesa, têm características relativas a privacidade e condições de higiene que permitem o ingresso feminino como submarinistas. Outras questões, relacionadas com o *design* do material individual podem ser tidas em consideração, como o caso dos coletes balísticos ou das botas de combate. Ambos de modelos masculinos, tipicamente os soldados de sexo feminino usam os tamanhos menores, mas que por não serem adaptados à

fisionomia feminina, tendem a ser desconfortáveis e podem causar lesões. Um dos soldados do sexo feminino, Foxtrot, refere como os coletes balísticos são especialmente desconfortáveis, por comprimirem o peito e não se adequarem ao corpo feminino.

Capítulo 3 – Alterações feitas para a integração feminina

Alteração dos requerimentos físicos de entrada

Uma das maiores preocupações relativas à integração feminina no Exército Português (EP) demonstrada pelos indivíduos entrevistados prendia-se com o aligeiramento dos requerimentos necessário para o serviço militar, de forma a que mulheres pudessem ser recrutadas. No entanto, de acordo com vários entrevistados, a redução dos requerimentos físicos não tinha necessariamente a ver com o ingresso feminino, mas com a diminuição da qualidade física masculina, tendo vários entrevistados (de ambos os sexos), referindo que atualmente os jovens também estão menos fortes, com menor capacidade resistência ao esforço e “mais moles”, de acordo com um paraquedista de 48 anos, agora na reserva.

Com o objetivo perceber a evolução dos requerimentos físicos mínimos exigidos, foram analisados as Provas de Aptidão Física (PAF) realizada pelos candidatos a prestar serviço militar. Embora à data de término deste trabalho, os requerimentos físicos necessários para o ingresso no EP sejam iguais para praças e sargentos em regime de voluntariado/regime de contrato (RV/RC), independentemente do sexo³⁴, continuam a existir diferenças de requerimentos para os oficiais e sargentos do Quadro Permanente (QP). Por razões de economia de espaço não será possível apresentar todos os dados obtidos, tendo sido selecionados como exemplos dados relativos a concursos de admissão de Sargentos em RC/RV, referentes aos anos 2006 e 2016, que podem ser vistos no Quadro 1³⁵.

	Provas de aptidão física para o Concurso de admissão de Sargentos em regime de contrato/voluntariado			
	Ano 2006 (conforme Despacho nº 2197/2006)		Ano 2016 (conforme Aviso nº 9378/2016)	
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m	1.60m	1.56m
Extensão de braços no solo	28	14	05	05
Abdominais (60'')	33	28	20	20
Teste de Cooper (12')	2300m	2100m	2000m	2000m
Transposição do Muro	0.60m	0.60m	0.60m	0.60m
Passagem do Pórtico	Sim (4m de altura)	Sim (4m de altura)	Não	Não

³⁴ Exceção feita para a altura mínima, requisito que ainda apresenta diferenças por sexo.

³⁵ Os restantes dados relativos a PAF para concursos de admissão de Sargentos do QP ou RC/RV podem ser encontrados no Anexo I.

É possível, com análise dos requerimentos físicos necessários para a admissão ao serviço no EP, tirar várias conclusões. A primeira é de que embora originalmente os requerimentos fossem diferentes com base no sexo para todas as categorias (praças, sargentos e oficiais), com requerimentos mais baixos para o sexo feminino, tal já só acontece para os casos dos sargentos e oficiais do QP. A segunda conclusão é de que embora os requerimentos físicos exigidos sejam iguais para ambos os sexos para praças, sargentos e oficiais do RV/RC, são hoje em dia bastante menos exigentes do que eram anteriormente, chegando a ser mais baixos do que eram para o sexo feminino³⁶.

Uma explicação possível para a diferença de requerimentos inicial pode ser a perceção de que os candidatos femininos teriam uma menor capacidade física do que os candidatos masculinos, em termos de resistência aeróbica e anaeróbica, e força (particularmente nos membros superiores), sendo então necessário ajustar os requerimentos físicos de forma a que refletissem essa realidade.

No caso da segunda conclusão, de que os requerimentos físicos estão, hoje em dia, em mínimos históricos, há várias razões possíveis que permitem explicar tal situação. A primeira é de que, com a alteração dos hábitos populacionais (como a atividade económica exercida), houve um decréscimo de capacidade física na população geral (Brownson, Boehmer, & Luke, 2005)³⁷. Tal decréscimo poderia explicar a necessidade de diminuir os patamares das PAF, de forma a não diminuir a quantidade de recrutas disponíveis para o serviço.

No entanto, não é possível afirmar que a alteração dos objetivos mínimos das PAF se deva à integração feminina no exército, embora esse possa ter sido o caso noutros países, como no Exército Britânico. Reporta o *The Sunday Times*, a 3 de abril

³⁶ A título de exemplo, em 2004, para ingresso como Sargento em RV/RC, eram exigidas aos candidatos do sexo feminino em mínimo de 14 extensões de braços no solo; 28 abdominais em 60'', 2100m no Teste de Cooper, transposição de um muro com 0.6m de altura e de um pórtilo com 4m de altura (Despacho nº 2197/2006). Em 2016, para ingresso na mesma categoria, são exigidos aos candidatos de ambos os sexos um mínimo de 5 extensões de braços no solo, 20 abdominais em 60'', 2000m no teste de Cooper, e a transposição de um muro com 0.6m (Aviso nº 9378/2016).

³⁷ Embora o estudo referenciado se refira a um universo de estudo americano, também é possível verificar uma acentuada diminuição do número de trabalhadores do sector primário, e aumento do número de trabalhadores dos sectores secundário e terciário, associados a uma menor capacidade física (dados retirados de <http://www.pordata.pt/DB/Portugal/Ambiente+de+Consulta/Tabela/5708204>, visitado pela ultima vez a 25/04/2017)

de 2016, que os testes de *fitness* seriam “relaxados” para permitir o ingresso de soldados do sexo feminino nas linhas da frente (Hookham, 2016). O *Daily Mail* reporta, no mesmo dia, que o objetivo dessas alterações seria o de diminuir as taxas de ferimentos músculo-esqueléticos dos soldados de sexo feminino (Sculthorpe, 2016). Segundo a mesma fonte, entre os requerimentos a serem revistos estão abdominais, flexões de braços, corrida e marcha com carga.

Alterações do Uniforme

Com o Decreto-Lei nº 249/95, de 21 de setembro de 1995, fica definido que os três ramos das forças armadas portuguesas deverão ser ver os seus regulamentos de uniformes aprovados em portaria, com o objetivo de “uniformizar para os três ramos das Forças Armadas o instrumento legal adequado à aprovação dos respetivos uniformes e, por outro, de deslegalização de uma matéria que, pela sua própria natureza, carece de frequente alteração” (Decreto-Lei nº 249/95³⁸).

Ainda em 1995 a Marinha será o primeiro ramo das FFAA a aprovar o seu Regulamento de Uniformes, com a Portaria nº 1445-A/95³⁹, de 30 de novembro. Pela primeira vez na história da Marinha, são introduzidas provisões relativas aos uniformes específicos para ambos os sexos, incluindo provisões para soldados do sexo feminino que estivessem grávidas.

Em 1997 será a Força Aérea a fazer aprovar o seu Regimento de Uniformes, com a Portaria nº 1054/97⁴⁰. De notar que embora se façam provisões para os uniformes específicos por sexo, tal como no caso da Marinha, no caso da Força Aérea já era possível encontrar tais provisões no Decreto-Lei nº 270/78⁴¹, de 1 de setembro De facto, menções prévias a uniformes específicos para o sexo feminino podem ser encontradas no Regulamento de Uniformes da Força Aérea de 1966, com o Decreto 47 229⁴² de 30

³⁸ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/566689>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

³⁹ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/658360>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

⁴⁰ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/668245>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

⁴¹ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/448029>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

⁴² Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/233074>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

de setembro. Embora as referências sejam a “pessoal feminino equiparado a militar”, esse facto é facilmente explicável pelo estatuto do pessoal de sexo feminino que servia na Força Aérea⁴³.

No caso do Exército, o seu Regulamento de Uniformes será apenas estabelecido em 2011, com a Portaria nº 254/2011⁴⁴, de 30 de junho, substituindo o anterior Regulamento, estabelecido pelo Decreto-Lei nº 37 211⁴⁵ de 14 de dezembro de 1948.

Na introdução à portaria em causa é mencionado que, “*com o fim do Serviço Militar Obrigatório, o Exército passou a contar nas suas fileiras apenas com voluntários e contratados, também do sexo feminino. (...) Estas circunstâncias, potenciadas pelo processo de transformação do Exército, consubstanciaram uma significativa alteração do paradigma institucional, com impactes multidisciplinares, compreendendo a necessidade de se introduzirem e actualizarem alguns artigos de fardamento e equipamento militares*”. Efetivamente, é com esta portaria que surge o enquadramento legal para a atribuição de fardamentos diferentes, consoante o sexo. No entanto, é de notar que já existiam fardamentos femininos em uso, desde 1991, como se pode ler no suplemento do Jornal do Exército nº 384, datado de março de 1992. Nesse suplemento, num artigo intitulado “Uma realidade em marcha”, da autoria do TCor. José Diniz, pode-se ler: “*O pormenor dos uniformes para as nossas mulheres-soldado também não foi descurado. (...) o exército contratou os serviços de dois conhecidos estilistas para conceberem os novos uniformes militares femininos. (...) Com estes uniformes as nossas militares não vão ficar nada desfavorecidas. Os seus camaradas é que ficarão a clamar para que os seus, já um tanto antiquados, também passem pelas mãos do estilista*”.

Relativamente aos tipos de uniformes previstos na Portaria nº 254/2011, estes são de oito tipos (incluindo a categoria de “Uniformes Especiais”), nomeadamente: Grande Uniforme; Uniforme de Jaqueta; Uniforme de cerimónia para Banda do

⁴³ Existem ainda menções anteriores ao tipo de uniformes a serem usadas por pessoal do sexo feminino ao serviço da Aeronáutica Militar, que precede a formação da FAP enquanto serviço independente, e que podem ser encontradas no Decreto 39 833 (disponível em <https://dre.pt/application/file/678715>, consultado pela última vez a 17/04/2017), de 1 de outubro de 1954 (essas menções são referidas no Art. 69º do Capítulo VI, que diz “O pessoal feminino das formações sanitárias da Cruz Vermelha Portuguesa e o contratado para serviço nos quadros permanentes da aeronáutica fará uso dos uniformes indicados nas figuras 85 e 89 (...).”.

⁴⁴ Extrato do Diário da República original retirado de <http://www.operacional.pt/docs/RUE%202011.pdf>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

⁴⁵ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/369119>, visitado pela última vez a 17/04/2017.

Exército; Uniforme nº 1; Uniforme nº2; Uniforme nº 3; Uniforme de Educação Física; Uniformes Especiais. Para cada tipo de uniforme são especificadas as peças que o compõem, que utilização deverá ter, e, caso se aplique, que peças podem ser usadas por soldados do sexo feminino.

No quadro seguinte estão representados que tipos de uniformes admitem o uso de peças de vestuário feminino (como saia, ou sapato de salto alto), a que uso situacional se destinam.

		Admite alterações (relativamente ao modelo masculino)	Não admite alterações	Utilizadores
Grande Uniforme (m/F)	A		X	Oficiais e Sargentos do QP — pessoal feminino
	B	Saia comprida; Boné m/F; Sapatos de polimento m/F; Meias		Oficiais e Sargentos do QP — pessoal feminino
Uniforme Jaqueta (m/F)		Saia/Saia comprida; Carteira de cerimónia; Boné m/F; Sapatos de polimento m/F; Meias; Faixa (em substituição do colete masculino)		Oficiais e Sargentos do QP — pessoal feminino
Uniforme da Banda do Exército (m/F)		Saia; Sapatos de polimento m/F; Meias		Banda do Exército — pessoal feminino
Uniforme nº 1^a (m/F)		Saia nº 1; Carteira nº 1 (apenas em jantares, bailes ou outras reuniões de pequena cerimónia); Meias		Oficiais e Sargentos do QP — pessoal feminino
Uniforme nº 1B a nº 1E (m/F)		Saia nº 1; Carteira nº 1; Sapato de calfe preto m/F; Meias		Oficiais e Sargentos do QP — pessoal feminino
Uniforme nº 1F (pré-natal)		Calça com peitilho nº 1; Sapato de calfe preto m/F; Meias		Oficiais e Sargentos do QP — pessoal feminino
Uniforme nº 2^a a nº 2E (m/F)		Saia nº 2; Sapato de calfe preto m/F; Meias		Pessoal feminino
Uniforme nº 2F (pré-natal)		Calça com peitilho nº 2; Meias		Pessoal feminino
Uniforme nº 2G		Saia; Sapatos de calfe preto m/F; Meias		Militares em RV/ RC — pessoal feminino
Uniforme nº 3^a/B			X	Todo o pessoal
Uniforme de Educação Física			X	Todo o pessoal

Tabela 3 - Representação adaptada e resumida dos vários quadros descritivos das peças de uniforme e respetivas diretivas de utilização, presentes no Regulamento de Uniformes do Exército, conforme a Portaria nº 254/2011.

É de notar que, no caso do Uniforme nº 3, embora não existam diferenças baseadas em sexo (já que este é o uniforme “operacional”), é possível que, devido a diferenças fisionómicas entre os sexos, soldados do sexo feminino sintam que o uniforme não está eficientemente desenhado para as suas necessidades.

Um exemplo de equipamento que, por estar adaptado à fisionomia masculina e não feminina, pode constringer a operação de militares do sexo feminino⁴⁶ é o fato de voo. Uma das entrevistadas, Echo, menciona como é difícil a utilizadores femininos desse equipamento uma atividade como usar a casa de banho, já que implica remover completamente o fato, devido à localização frontal do fecho. Para um utilizador do sexo masculino, urinar é bastante mais fácil, já que apenas necessita de correr o fecho. Embora possa parecer uma diferença trivial, o facto de utilizadores femininos terem que remover completamente o fato implica que demorem mais tempo e necessitem de casas de banho com melhores condições que permitam maior privacidade. Embora, em princípio, tal requerimento não seja de difícil concretização em bases aéreas, em bases de operações menos preparadas pode ser mais problemático.

O Uniforme de Educação Física também não apresenta diferenças baseadas em sexo, já que o seu uso pretendido é a prática de atividades desportivas ou de exercício físico, pelo que não necessita de diferenças estéticas.

Alterações de heráldica – caso do *Nordic Battle Group*

Um exemplo de alterações desenvolvidas a nível de heráldica para facilitar a integração feminina, seria o caso da alteração do escudo de armas do *Nordic Battle Group* (“Grupo de Combate Nórdico”, doravante referido como NBG).

As bases para a criação de Grupos de Combate da União Europeia surgem durante o Conselho Europeu de Colónia, realizado entre 3 e 4 de junho de 1999, onde fica definida a necessidade de reforçar a Política Europeia Comum de Segurança e Defesa (ver parágrafo 55 do capítulo IV, “Futuro Desenvolvimento da União Europeia”⁴⁷ e Anexo III⁴⁸ das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Colónia 3 – 4 de junho de 1999). Fica registado que deverão ser apresentados, no Conselho Europeu de Helsínquia, que decorreria entre 10 e 11 de dezembro do mesmo ano, relatórios referentes a uma nova política europeia de segurança e de defesa comum.

⁴⁶ Por, neste caso, a referência ser a um equipamento utilizado não por soldados, mas por aviadores (embora o foco deste trabalho seja o Exército Português), utilizou-se a designação “militares do sexo feminino” para distinguir de soldados.

⁴⁷ Disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/kol1_pt.htm#IV, consultado pela última vez a 22/03/2017

⁴⁸ Disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/kol2_pt.htm#an3, consultado pela última vez a 22/03/2017

No já referido Conselho de Helsínquia, são apresentados dois relatórios sobre o desenvolvimento da capacidade militar e não militar de gestão de crises na União, a partir dos quais são desenvolvidas uma série de linhas orientadoras para a criação de forças (militares e não-militares), em regime de cooperação entre os estados-membros, capazes de conduzir operações lideradas pela União Europeia, em resposta a crises internacionais. Um dos requisitos dessas forças seria o de “em regime de cooperação voluntária nas operações lideradas pela UE, os Estados-Membros devem estar em condições, até 2003, de posicionar no prazo de 60 dias e manter pelo menos durante um ano, forças militares até 50.000 - 60.000 pessoas, capazes de desempenhar toda a gama de missões de Petersberg” (alínea primeira do parágrafo 28 do capítulo II – Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, das Conclusões da Presidência do Conselho Europeu De Helsínquia – 10 e 11 de dezembro de 1999⁴⁹).

Será apenas em 2004, e após uma cimeira franco-inglesa (onde o conceito de “grupos de batalha” europeus foi discutido), que ficarão firmadas as características dos mesmos – ser uma força militarmente efetiva (cerca de 1500 efetivos), credível, de destacamento rápido (5-10 dias), capaz de efetuar operações a solo ou como percursora de uma força operacional maior.

Os primeiros Grupos de Batalha Europeus atingem a prontidão em 2007, e em novembro desse ano, a Suécia fica encarregue de garantir a prontidão do *NBG*, constituído maioritariamente por tropas suecas, mas também constituído por tropas finlandesas, estonianas, e norueguesas, e que ficaria em alerta durante o primeiro semestre de 2008.

A 12 de dezembro de 2007, o *Göteborgs-Posten*, um jornal diário sueco, noticia que o símbolo heráldico do *NBG* (um leão que segura um ramo de oliveira com a pata esquerda e uma espada com a pata direita), teria sido alterado, com a remoção do pénis do leão. O autor do símbolo, Vladimir Sagerlund, afirma em entrevista ao já referido jornal que não teria sido contactado antes da mudança ter sido feita, e que historicamente, brasões com leões sem genitais eram atribuídos aos que traíam a Coroa sueca, afirmando também que isso demonstraria a falta de conhecimento heráldico do exército sueco (“Swedish military lion gets the snip after women troops protest,” 2007; Ullgren, 2007).

⁴⁹ Disponível em http://www.europarl.europa.eu/summits/hel1_pt.htm#2, consultado pela última vez a 22/03/2017

Entre as razões avançadas para a troca, que teria sido ordenada pelo comandante do NBG, Karl Engelbrektsson, estaria a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325, e a ideia de que havendo mulheres vítimas de violência sexual em conflitos armados por todo o mundo, não faria sentido que as tropas daquele grupo de combate tivessem um símbolo heráldico com os genitais tão visíveis. No entanto, também foi noticiado que a mudança teria sido feita depois de uma queixa junto do Tribunal Europeu de Justiça, por parte de um grupo de soldados do sexo feminino (O'Mahony, 2008).

Esta alteração, feita com o intuito de diminuir a ofensa causada por um símbolo (do qual faz parte uma representação de um pênis) a um conjunto de mulheres, pode ser considerada como reveladora da necessidade de ter em atenção a existência de soldados do sexo feminino. No entanto, é de notar que dos indivíduos entrevistados para a realização deste trabalho, nenhum demonstrou concordar com a decisão do comandante do NBG, com vários indivíduos (de ambos os sexos) a afirmarem que tal era contraproducente, e só levaria a maiores discórdias entre soldados de ambos os sexos.

Um outro exemplo de alterações de comportamentos tidos como machistas para uma melhor integração feminina, pode ser encontrado no artigo *Mulheres em Contextos Atípicos*, de Helena Carreiras. Nesse artigo, Carreiras dá o exemplo de uma capitã de logística do exército holandês, por si entrevistada, que teria obrigado um conjunto de mecânicos do exército holandês a remover *posters* com imagens eróticas de mulheres (Carreiras, 2004, p. 112).

Capítulo 4 - Estratégias de Integração

Sendo as Forças Armadas tipicamente consideradas instituições masculinas, representando autênticos rituais de passagem onde se formam homens⁵⁰, é expectável que qualquer alteração ao seu *status quo* seja confrontada com várias formas de resistência – sendo que a integração feminina veio, em larga medida, colocar essa perspectiva em risco. Representando tal alteração ao estatuto sociocultural das FA, foi necessário (particularmente às pioneiras) transpor barreiras que lhes eram colocadas, quer em termos de resistência à mudança, *taboos* sociais ou impossibilidades consagradas em leis e estatutos.

No que diz respeito aos vários *taboos* sociais relativos ao papel tradicional feminino e a sua influência relativamente à integração feminina nas FFAA, é necessário ter em conta os seus papéis tradicionais, e o que representa introduzir mulheres em situações de combate. Segundo D’Ann Campbell, colocar soldados do sexo feminino em combate constitui “uma inversão radical dos papéis tradicionais das mulheres como namoradas/esposas/objetos sexuais passivos cuja derradeira missão era a de esperar pelos seus homens viris que regressavam da sua missão masculina de lutar e morrer pela “tarte de maçã e maternidade””⁵¹ (Campbell, 1993, p. 302).

De facto, é possível encontrar vários exemplos históricos de mulheres que desafiaram *taboos* sociais estabelecidos e que viriam a ser punidas por isso, sendo uma das mais famosas Jeanne D’Arc, uma heroína francesa da Guerra dos Cem Anos, e que viria a ser executada pelos ingleses. De entre as cerca de setenta acusações levantadas contra Jeanne, constavam as acusações de usar roupas de homens e travestismo (Lanhers & Vale, n.d.). Outros exemplos mais recentes, como o caso das baterias antiaéreas inglesas e alemãs da Segunda Guerra Mundial, onde serviam mulheres que podiam executar todos os papéis relacionados com o emprego das mesmas, exceto o disparo das armas, por essa ser uma função masculina (Campbell, 1993, p. 316). Também durante a Segunda Guerra Mundial era comum aos soldados alemães abaterem

⁵⁰ Correspondendo, aliás, à definição de Victor Turner relativamente à *communitas* normativa, onde “pela influência do tempo, a necessidade de mobilizar e organizar recursos, e a necessidade de controlo social entre os membros do grupo, com o propósito de atingir esses objetivos (...) está organizada num sistema social prolongado” (Turner, 1969, p. 132). Original em inglês, tradução própria.

⁵¹ Citação original em inglês, tradução própria.

soldados soviéticos do sexo feminino, já que para os alemães mulheres que pegassem em armas eram “vermes” e “não-naturais” (Campbell, 1993, p. 316)⁵².

Relativamente a impossibilidades de prestar serviço militar consagradas em leis e estatutos vários, é possível encontrar vários exemplos de mulheres que levaram várias instituições militares a tribunal, para que lhes fosse possível o serviço militar.

A título exemplar surge o caso de Alice Miller, que em 1994 processa a Força Aérea Israelita, junto do Supremo Tribunal Israelita, para que lhe seja concedido o direito a prestar provas para piloto, posição (na altura) barrada ao ingresso feminino (Greenberg, 1994). A 8 de novembro de 1995 o Supremo Tribunal decide a seu favor, citando a ilegalidade de discriminação baseada em sexo, e abrindo a posição de piloto na Força Aérea Israelita ao ingresso feminino (Greenberg, 1996). Alice Miller acabaria por ser desqualificada por razões médicas, mas as suas ações permitiriam que em 1998 se formasse a primeira navegadora de combate da Força Aérea Israelita, Sheri Rahat, e em 2001 a primeira piloto de combate israelita, de seu nome Roni Zuckerman, fosse formada (“Breaking Barriers: Alice Miller’s Story,” 2015).

Exemplos mais recentes de soldados do sexo feminino que tomaram ações legais para conseguir a abertura de funções militares até então fechadas ao ingresso feminino ocorrem em 2012, quando são abertos dois processos contra a política de exclusão de mulheres de papéis de combate no Exército norte-americano, o primeiro a 23 de maio e o segundo a 27 de novembro de 2012.

No primeiro caso, dois oficiais na Reserva do Exército, a Sargento-Mor de comando Jane Baldwin e a Coronel Ellen Haring, promovem a ação legal contra o *Department of Defense*⁵³ e o Exército, nas pessoas de Leon Panetta (à altura Secretário da Defesa), John McHugh (à altura Secretário do Exército), Tenente-General Thomas Bostick (à altura Delegado do Chefe de Estado do Exército para o Pessoal) e Thomas Lamont (à altura Assistente do Secretário do Exército para o Pessoal). Nessa ação, é mencionado que a política de exclusão baseada em género é inconstitucional, que já são usados soldados do sexo feminino em “equipas de apoio cultural” (o que coloca esses soldados em situações onde pode ocorrer combate direto), e que devido à natureza fluída, sem “linhas da frente”, do combate moderno, soldados do sexo feminino sem

⁵² As questões de utilização de mulheres em contextos de guerra e crises serão analisadas em maior detalhe no Capítulo 7.

⁵³ Equivalente ao Ministério da Defesa português.

treino apropriado para combate direto correm riscos acrescidos e ficam em maior perigo quando as suas unidades são atacadas⁵⁴.

No segundo caso, levantado pela Major Mary Hegar, pela Primeiro-Sargento Jennifer Hunt, pela Capitão Alexandra Bedell, pela Primeiro-Tenente Colleen Farrel e pela *Service Women's Action Network*, visava também o *Department of Defense*, na pessoa de Leon Panetta. Tal como no primeiro caso, esta ação legal menciona a inconstitucionalidade de exclusão baseada em sexo, e nos riscos acrescidos (tanto para o indivíduo, como para a unidade em que se insere) para soldados do sexo feminino que não tenham treino de combate adequado. Outra das queixas é também a de que não são atribuídos créditos de combate a mulheres que, em função do seu serviço, estiveram em situações de combate próximo, e que isso limita as suas promoções e progressões na carreira⁵⁵.

Embora no primeiro caso apresentado tenha sido submetida uma nota de rejeição voluntária do caso, por ambas as partes, a 4 de novembro de 2013, que terá sido aceite no dia seguinte, e o segundo caso ainda esteja a ser analisado (aquando da elaboração deste texto), a 24 de janeiro de 2013, Leon Panetta anuncia o fim da exclusão feminina de posições de combate, a partir de janeiro de 2016.

Lógicas Discriminatórias e estratégias de integração

Como resposta a vários tipos de estratégias ou lógicas discriminativas, foram surgindo diversas estratégias de integração, variando consoante o “problema” colocado e a personalidade de quem o enfrentava. Na obra de Helena Carreiras, *Mulheres em contextos atípicos*, podem ser encontradas várias dessas estratégias, nomeadamente: conformismo, assimilação, cumplicidade e assertividade. Tais estratégias permitirão, com cuidada análise, melhor entender os discursos de vários indivíduos entrevistados, pelo que considerável atenção lhes será prestada nas páginas seguintes.

Conformismo

⁵⁴ O documento original referente à ação legal em causa pode ser encontrado em http://www.law.virginia.edu/pdf/combat_exclusion_policy_complaint.pdf, visitado pela última vez a 07/06/2017.

⁵⁵ O documento original referente à ação legal em causa pode ser encontrado em <https://www.aclu.org/legal-document/hegar-et-al-v-panetta-complaint>, visitado pela última vez a 07/06/2017.

Estratégia “camaleónica”, em que os soldados do sexo feminino tentam evitar visibilidade em excesso, preferindo adaptarem-se às regras pré-existentes. Posição iminentemente defensiva, leva à construção de imagens próprias que minimizem as preocupações da instituição e dos seus pares. Entre os mecanismos minimizadores da diferença contam-se a autocontenção, a neutralização do género (diluição da feminilidade), criação de distância interpessoal e desenvolvimento de atitude cooperativa (Carreiras, 2004, p. 109).

Assimilação

Estratégia defensiva, tem como objetivo eliminar as diferenças entre os sexos, de tal forma que os soldados do sexo feminino se devem adaptar aos padrões e regras já estabelecidas, e adotar um comportamento puramente “militar”. Tal atitude implica “desenvolver estilos de liderança “agressiva” e diretiva, bem como partilhar a linguagem e práticas de sociabilidade masculinas. [...] a “assimilação” envolve masculinização, ou seja, exibição de traços estereotipicamente masculinos, tanto em termos de aparência física como de comportamento” (Carreiras, 2004, p. 110).

Entre os mecanismos caracterizantes desta estratégia encontram-se a recusa a adotar linguagem adequada a contextos onde se possam encontrar mulheres e mimetização de comportamentos masculinos (o que pode levar a distorção identitária).

Cumplicidade

Enquanto estratégia mais conservadora, reproduz papéis de género tradicionais, enfatizando características estereotipicamente femininas, e limitando as funções a desempenhar pelos militares do sexo feminino, legitimando a sua exclusão de especialidades mais operacionais.

O mecanismo típico da cumplicidade será, então, a enfatização da feminilidade, por contraste à masculinidade tipicamente associada às forças armadas, e consequente “encapsulação” de papéis de género (Carreiras, 2004, p. 111).

Assertividade

Estratégia militante, caracterizada pela ideia de que embora as diferenças entre sexos devam ser respeitadas, tal deve ser feito de forma emancipatória, e não tradicionalista. Posição pró-ativa, em que os soldados do sexo feminino fazem ouvir a sua voz e defendem os seus interesses. Em consequência da adoção de tais posições “militantes”, esta é uma estratégia disruptiva, que pode resultar em segregação autoimposta ou imposta pelo meio (Carreiras, 2004, p. 111).

Estratégias preferidas

Carreiras conclui que as estratégias conservadoras são as preferidas, com 23 das suas 29 entrevistadas a optarem por tais posições. Dessas, 17 optam por estratégias de conformismo, o que a torna a estratégia preferida. No entanto, Carreiras também nota que estas são estratégias sincrónicas, pelo que estão sujeitas a mudança (Carreiras, 2004, p. 110).

De forma semelhante, os indivíduos entrevistados para este trabalho também revelaram preferência por estratégias do mesmo género, tipicamente referindo-se à necessidade de adaptar ao meio militar, e como a eficácia em operações dependia de tal integração.

A entrevistada Foxtrot mencionou, baseada na sua experiência pessoal, como havia “respeito especial” por ela ser mulher, afirmando “cheguei a estar com outra rapariga no meio de 100 homens e todos me respeitavam (...) e muitas das vezes dormíamos todos juntos. Eu tinha de me desenrascar. Vestir-me, trocar de roupa... agora imagina menstruada. Se nós nos respeitarmos, eles fazem o mesmo”. Tendo em conta outras das suas afirmações, como “houve uma altura que tive uma marcha de 20 km com mochila. Andei dia e noite molhada a comer ração de combate, e quando finalmente sou dispensada e chego ao quarto, vem uma maçarica ter comigo e perguntou: ”oh nossa pronto⁵⁶, dá-me a passe do wi-fi?”. [falando para mim, mostrando indignação] Achas que temos disso no quarto? Cada vez mais noto que a nossa sociedade é constituída por putos mimados e por pais que os tratam como porcelana”, é possível classificar a sua estratégia como uma de assimilação, tendo adotado padrões e formas de comportamento tipicamente masculinos.

⁵⁶ Referência ao posto de cabo.

Tokenismo, problemas e efeitos

Quando, em 1977, Rosabeth Kanter publica *Men and Women of the Corporation*, introduz o conceito de “*tokenismo*” no estudo de mulheres inseridas em contextos profissionais não tradicionais. Os *tokens* serão, então, mais do que indivíduos, representantes de todo o universo feminino. Tal estatuto, pelas suas características de alta visibilidade, poderia trazer vantagens e desvantagens (embora as desvantagens fossem muito mais numerosas e comuns), dependendo do contexto em que o indivíduo se insere (Kanter, 2008a, p. 207). Ainda de acordo com Kanter, fenómenos de *tokenismo* emergem em grupos com uma distribuição distorcida em termos de sexo, com um rácio de homens e mulheres de 85-15⁵⁷, respetivamente.

Os efeitos negativos sofridos pelos tokens estariam altamente relacionados com a sua alta visibilidade: altas pressões no seu desempenho, e isolamento social baseado na diferença em relação ao grupo dominante. Também ocorreria uma distorção identitária do token, de tal forma a que este se conformasse com estereótipos do grupo (Kanter, 2008b, pp. 44-45).

Um outro efeito negativo do *tokenismo*, ligado à sua *performance*, revela lógicas contraditórias: quando a *performance* de um *token* supera as expectativas (criadas com base em estereótipos), este é visto como um caso isolado, uma anomalia estatística. Quando a *performance* de um *token* é tal que está de acordo com ou abaixo do esperado, este é visto como representante do grupo (Carreiras, 2004, p. 101).

Entre os efeitos positivos, nota-se que a alta visibilidade pode ter um efeito positivo em carreiras que dependam do reconhecimento para permitir a sua progressão.

Relações *token*-dominante e relações *token*-*token*

⁵⁷ Kanter afirma que com a alteração dos rácios, também se alteram as dinâmicas de grupo. De tal forma, afirma que com rácios de 65-35 os dominantes passam a maioria e os *tokens* a minoria, começando os últimos a tornarem-se indivíduos diferenciados, ao mesmo tempo que são um grupo diferenciado da maioria. Com rácios de 60-40 ou 50-50, assiste-se a um grupo equilibrado, com a cultura e interação a refletir tal equilíbrio (Kanter, 2008b, p. 38).

Devido ao seu estatuto social e elevada visibilidade, tendem a ser estabelecidas relações muito particulares (e por vezes contraditórias) não só entre *tokens*, mas também entre *tokens* e dominantes.

No que toca a relações entre os *tokens*, podem ocorrer vários fenómenos, como a tentativa de diferenciação (como forma de integração no grupo de dominantes), isolamento e rejeição do próprio grupo. Tais ações levam à diminuição de coesão entre *tokens*, o que acaba por funcionar de tal forma que os *tokens* passam a funcionar como instrumentos de realce da cultura dominante, em vez de a modificar ou debilitar (Kanter, 2008a, p. 223).

Relativamente a relações *tokens*-dominantes, as diferenças entre grupos tendem a ser exageradas, para que os dominantes fiquem assegurados das semelhanças entre si, ao mesmo tempo que ficam assegurados das diferenças do seu grupo em relação aos *tokens*. Outro aspeto das relações *token*-dominante tem a ver com a necessidade dos *tokens* negociarem constantemente a sua posição entre a necessidade de terem uma boa *performance* na sua atividade profissional, mas não terem uma *performance* demasiado boa, de forma a não se destacarem e ameaçarem a posição do dominante (Carreiras, 2004, p. 101).

Estas visões serão de grande importância para a análise das entrevistas efetuadas, já que será necessário ter em conta dinâmicas de dominante-dominado e outras práticas discursivas para o correto entendimento das mesmas.

Capítulo 5 - Panorama atual do Exército Português

Fim do Serviço Militar Obrigatório

Se tradicionalmente o serviço militar é considerado domínio do sexo masculino, até há relativamente pouco tempo tal serviço era de carácter obrigatório, situação que se alterou na maior parte dos países ocidentais com as alterações de paradigma introduzidas durante e após a Guerra Fria.

No caso português, a constituição portuguesa previa, até 1997, que as Forças Armadas se compusessem exclusivamente por cidadãos portugueses, baseando-se a sua organização no serviço militar obrigatório (alínea 2 do artigo 275º da Constituição da República Portuguesa, após a revisão constitucional de 1992⁵⁸). No artigo 276º, alínea 2, é possível ler “O serviço militar é obrigatório, nos termos e pelo período que a lei prescrever”.

Com a revisão constitucional de 1997, a alínea 2 do artigo 275º perde a expressão “baseia-se no serviço militar obrigatório”, ficando com expressão “As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização é única para todo o território nacional”. A alínea 2 do artigo 276º recebe também nova redação, passando a ler-se “ O serviço militar é regulado por lei, que fixa as formas, a natureza voluntária ou obrigatória, a duração e o conteúdo da respectiva prestação”⁵⁹.

Com tais alterações constitucionais, é aberta a possibilidade de terminar o serviço militar obrigatório, o que viria a ser feito com a Lei de Serviço Militar de 1999 (Lei nº 174/99). Na alínea 4 do artigo 1º da lei suprarreferida pode-se ler “Em tempo de paz, o serviço militar baseia-se no voluntariado”, estabelecendo uma nova forma de prestação de serviço militar. Com o artigo 59º são estabelecidas as disposições relativas ao Serviço Efectivo Normal (obrigatório), com a alínea um a referir que “A obrigação de prestar o serviço efectivo normal - SEN - é gradualmente eliminada num prazo que não pode exceder quatro anos, contado a partir da data da entrada em vigor da presente lei”.

⁵⁸ A alínea completa é “As Forças Armadas compõem-se exclusivamente de cidadãos portugueses e a sua organização baseia-se no serviço militar obrigatório e é única para todo o território nacional”, retirada de <https://dre.pt/application/file/174377>, visitado pela ultima vez a 09/05/2017.

⁵⁹ Constituição da República Portuguesa (após Sétima Revisão da Constituição [Lei Constitucional n.º 1/2005 de 12 de Agosto]) retirada de http://www.cne.pt/sites/default/files/dl/crp_pt_2005.pdf, visitado pela ultima vez a 09/05/2017.

O fim do serviço militar obrigatório surgiria formalmente a 19 de Novembro de 2004, embora na prática os últimos efetivos que prestavam serviço via SEN fossem dispensados a dia 19 de setembro (“ANTECIPADO FIM DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO,” 2004).

Com o fim do SEN/SMO, termina a obrigatoriedade do serviço militar masculino e passa o exército português a uma força de voluntários, pelo que pela primeira vez, cidadãos de ambos os sexos estão abrangidos pelo mesmo método de recrutamento (embora com requerimentos físicos diferentes).

Dia da Defesa Nacional

A base legislativa para o Dia da Defesa Nacional (DDN) surge em 1999, com a Lei nº 174/99⁶⁰, de 21 de setembro. De acordo com tal lei, o DDN tem como missões sensibilizar os jovens para a temática da Defesa Nacional e divulgar o papel das Forças Armadas (alínea 1, Artigo 11º). Na alínea 4 do artigo 11º, é afirmado que “constitui um dever de todos os cidadãos, podendo ocorrer a partir do 1.º dia do ano em que completem a idade de 18 anos e enquanto a mantenhem”, não sendo existindo em nenhuma parte da lei qualquer referência a sexo, quer feminino quer masculino, nem quaisquer obrigações únicas a qualquer um dos sexos.

Com o Decreto-Lei 289/2000⁶¹, de 14 novembro ficam estabelecidas as condições para a realização do DDN, embora a obrigatoriedade de comparência fosse apenas para o sexo masculino. No entanto, a alínea b) do artigo 75º afirma que “O dever de comparência ao Dia da Defesa Nacional só existe para as cidadãs portuguesas que voluntariamente se tenham recenseado”.

Será em 2009 que surge a obrigatoriedade da comparência feminina, com o Decreto-Lei nº 52/2009⁶², fazendo-se a “extensão do dever de comparência ao Dia da Defesa Nacional às cidadãs (...) gradualmente, num prazo limite de dois anos a contar da data da entrada em vigor da Lei Orgânica 1/2008, de 6 de Maio” (alínea 1, artigo 3º).

⁶⁰ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/558137>, visitado pela última vez a 09/05/2017.

⁶¹ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/614959>, visitado pela última vez a 09/05/2017.

⁶² Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/604676>, visitado pela última vez a 09/05/2017.

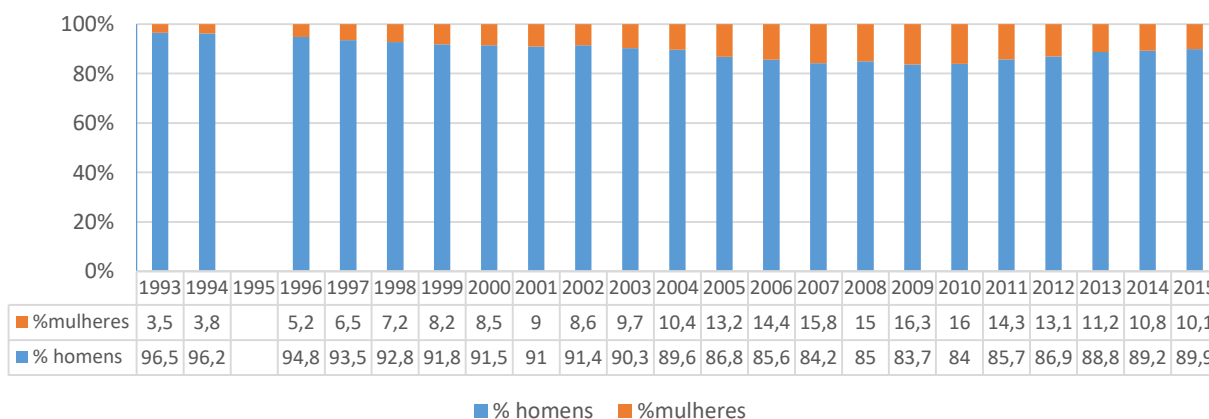
No entanto, a alínea 2 do artigo 3º do mesmo Decreto-Lei afirma que Durante o período transitório, as cidadãs podem, a título voluntário, cumprir o dever de comparência ao Dia da Defesa Nacional sem necessidade de pedido de inscrição no recenseamento militar”.

Presença feminina em números

Sabendo que desde 1991 é possível o ingresso feminino a certas posições no Exército (e desde 1996 que não há posições restritas), torna-se útil verificar a evolução dos números de efetivos femininos ao longo do tempo, e perceber a posição atual.

No gráfico seguinte, é possível verificar a evolução da presença feminina no exército português desde 1993 e até 2013, com recurso a dados retirados dos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional, e de 2014 a 2016 com recurso a dados fornecidos pela Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Presença feminina no Exército Português: Últimos 23 anos



Quadro 1 - Presença feminina no Exército Português, em percentagem. Dados entre os anos de 1993 e 2013 retirados dos Anuários Estatísticos de Defesa Nacional. Dados relativos aos anos entre 2014 e 2016 fornecidos pela Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional. Dados referentes ao ano de 1995 não foram encontrados. Todos os valores percentuais arredondados à primeira casa decimal.

É possível verificar, analisando o gráfico apresentado, que embora existisse um aumento da presença feminina no Exército até 2009, altura em que a presença feminina atinge os 16.3%, essa presença tem vindo a diminuir. No entanto, é de salientar que quando comparado com outros países membros da OTAN, Portugal tem uma das maiores percentagens de efetivos do sexo feminino em serviço nas suas Forças Armadas, estando em 12º lugar, com 11% dos efetivos do sexo feminino em 2015 (a média da OTAN é de 10,8%). Em 2014 Portugal ocupava a 11ª posição, com 11,2% dos seus efetivos do sexo feminino, sendo a média OTAN de 10,8% (NATO, 2015, pp. 77–81, 2016, pp. 139–145).

Ainda segundo um representante da Direcção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, a 31 de dezembro de 2016 prestavam serviço no Exército apenas 1357 soldados do sexo feminino.

Destacamentos em missões internacionais

Em virtude de vários compromissos assumidos internacionalmente, as forças armadas Portuguesas destacam, com alguma regularidade, meios humanos e materiais para todo um conjunto de missões.

No que toca ao Exército Português, é possível verificar o destacamento de forças nacionais através dos anuários estatísticos da Defesa Nacional, em particular a partir do ano 2007 até ao ano 2013 (embora o Anuário relativo ao ano de 2012) não contenha informação.

Na tabela seguinte, é possível verificar os números de soldados destacados, por ano, e sexo:

	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Percentagem de efetivos Femininos
2007	2013	143	2156	6.32%
2008	1739	138	1877	7.35%
2009	2604	257	2861	8.98%
2010	1906	166	2072	8.01%
2011	1989	224	2213	10.12%

2012 ⁶³	-	-	-	-
2013 ⁶⁴	590	42	632	6.65%

Tabela 4 - Número de efetivos destacados para missões internacionais, por ano e por sexo. Percentagem de efetivos femininos apresentada com arredondamento à segunda casa decimal. Todos os dados retirados dos Anuários Estatísticos de Defesa relativos ao ano referido.

De acordo com os dados acima descritos é, então, possível verificar que, pelo menos até 2010, houve um aumento do número de efetivos do sexo feminino destacados para missões internacionais, por parte do Exército Português.

Foi ainda possível encontrar uma outra publicação do Ministério da Defesa Nacional, relativa à participação feminina nas Forças Armadas, que apresentava dados percentuais diferentes de todos os outros obtidos. Não tendo sido possível determinar a proveniência de tais dados (tendo sido feitos vários contactos nesse sentido), tais dados não foram usados⁶⁵.

Dando um exemplo particular e recente, já em 2017, no âmbito da missão da ONU de estabilização da República Central Africana (com a sigla MINUSCA), foi enviado para esse país um destacamento de 160 militares⁶⁶, 5 dos quais do sexo feminino. Embora representando uma percentagem relativamente baixa do total de militares destacados (cerca de 3%), o contributo feminino torna-se mais significativo quando analisado de acordo com as circunstâncias da missão: dos 160 militares, 90 são Comandos, especialidade onde ainda não existem mulheres. Para além disso, trata-se de uma missão de alto risco, sendo que os soldados portugueses já entraram em combate com rebeldes (Varela, 2017), o que pode levar a uma exposição de soldados do sexo feminino a situações de combate próximo.

Planos Nacionais para a Igualdade

⁶³ Não existem dados relativos a número de efetivos destacados para qualquer missão no Anuário Estatístico da Defesa Nacional referente ao ano de 2012. No entanto, é possível confirmar que tais missões ocorreram, já que na mesma fonte se pode encontrar informações relativas a despesas de missão.

⁶⁴ No Anuário Estatístico da Defesa Nacional relativo ao ano de 2013 não constava informação relativa a números de soldados destacados para missões no âmbito da ONU, mas apenas despesas para tais missões. Assim, é possível confirmar que tais missões ocorreram, mas não é possível afirmar quantidades de efetivos destacados. Outro efeito dessa falta de informação é uma diminuição artificial dos dados em análise.

⁶⁵ Tais dados podem ser vistos no endereço <http://www.portugal.gov.pt/media/18663353/20160307-mdn-mulheres-fa.pdf>, visitado pela última vez a 21 de junho de 2017.

⁶⁶ É necessário ter em conta que dos 160 militares, 4 são da Força Aérea, pelo que apenas 156 são do Exército, sendo o Exército o ramo em análise deste trabalho.

Os planos nacionais para a igualdade encontram as suas origens em 1997, com o Plano Global para a Igualdade de Oportunidades, aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de março de 1997. Tal plano é criado com o intuito de cumprir “os objectivos do XIII Governo Constitucional ao nível das políticas para a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, os compromissos assumidos pelos países signatários da Plataforma de Acção da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres e o carácter prioritário destas políticas com vista ao desenvolvimento económico sustentado, ao alargamento da cidadania e ao aprofundamento da democracia”. No entanto, neste plano inicial o MDN não é envolvido em nenhum dos objetivos estratégicos⁶⁷.

Em 2003, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2003, de 25 de novembro de 2003, surge o II Plano Nacional para a Igualdade, a vigorar entre 2003 e 2006. Neste II Plano já são referidas medidas a tomar pelo MDN, nomeadamente a de “Promoção de campanhas para o recrutamento de mulheres militares e das forças de segurança”, “Concretização de estudo que contemple o levantamento do número de mulheres e homens que têm integrado as forças participantes nestes processos e do papel por estas desempenhado na manutenção da paz” e “Realização de acções de formação dirigidas a responsáveis e participantes nestes processos no sentido de os(as) sensibilizar para a perspectiva de género”⁶⁸.

O III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género (a vigorar entre 2007 e 2010), surge em 2007, tal como aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007, de 22 de junho de 2007. Também este plano indica medidas específicas a adotar pelo MDN, nomeadamente “Sensibilizar para o papel das mulheres na construção e manutenção da paz, e garantir a sua plena participação em todos os processos de reconstrução social nas situações pós-conflito”⁶⁹.

Com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro de 2011, é aprovado o IV Plano Nacional para a Igualdade (a vigorar entre 2011 e 2013). Constituído por 97 medidas estruturadas em torno de 14 áreas estratégicas, este plano

⁶⁷ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/526517>, visitado pela última vez a 21/06/2017.

⁶⁸ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/436961>, visitado pela última vez a 21/06/2017.

⁶⁹ Extrato do Diário da República original retirado de <https://dre.pt/application/file/638785>, visitado pela última vez a 03/02/2017.

apenas apresenta uma medida a ser tomada pelo MDN: “Garantir a execução do Plano Nacional Acção para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança”, que será discutido no subcapítulo seguinte⁷⁰.

O V Plano Nacional para a Igualdade (a vigorar entre 2014 e 2017), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, de 31 de dezembro de 2013, introduz duas medidas a tomar pelo MDN, nomeadamente “Sensibilizar profissionais e especialistas de áreas estratégicas para as questões da orientação sexual e identidade de género” e, de forma mais específica para as FA e FSS, indica que se deve “Elaborar o II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do CSNU 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança”. No Plano Nacional de Ação referido, podem ser encontradas medidas a tomar, áreas de ação e metas específicas para as FA e FSS, com base nas recomendações da Resolução 1325 (ver subcapítulo seguinte).

Planos Nacionais de Ação para a Implementação da RCSNU 1325

A 31 de Outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu a Resolução 1325 (S/RES/1325), considerando e reconhecendo os impactos desiguais dos conflitos armados sobre as mulheres e crianças, e em conformidade requerendo aos países membros medidas mitigantes. Assim, uma das principais indicações da Resolução 1325 era a de aumentar a presença feminina em instituições de todos os níveis (nacional, regional e internacionalmente), e outros mecanismos de prevenção e resolução de conflitos⁷¹.

No seguimento da Resolução 1325, foi delineado pelo Governo Português um Plano Nacional de Ação (PNA) para a Implementação da Resolução n.º 1325 (2009 - 2013), que permitisse “uma maior integração da dimensão de igualdade de género nas políticas de defesa, de segurança interna e de cooperação para o desenvolvimento” (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2014, p. 3). Tal plano de ação é aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2009, com a afirmação de que “corresponde a uma fase de consolidação da política nacional no domínio da

⁷⁰ Extrato do Diário da República original retirado de https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/02/2011_5_RCM.pdf, visitado pela última vez a 21/06/2017

⁷¹ A citação original é “*Urges Member States to ensure increased representation of women at all decision-making levels in national, regional and international institutions and mechanisms for the prevention, management, and resolution of conflict*” (United Nations Security Council, 2000, para. 1).

igualdade de género, dando cumprimento aos compromissos assumidos quer a nível nacional, nomeadamente no III Plano Nacional para a Igualdade — Cidadania e Género (2007 -2010)” (*Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2009*, 2009).

O II PNA para a Implementação da Resolução n.º 1325 (2014-2018) será aprovado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2014, a 26 de agosto de 2014, como determinado pela medida número 64 do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação 2014 -2017 (conforme aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2013, a 31 de dezembro de 2013).

No que diz respeito ao I PNA para a Implementação da Resolução n.º 1325, este apresenta um conjunto de 5 grandes objetivos estratégicos, sendo o primeiro o de “Aumentar a participação das mulheres e integrar a dimensão da igualdade de género em todas as fases dos processos de construção da paz, incluindo em todos os níveis de decisão”. Dentro desse objetivo estratégico, encontram-se 7 objetivos específicos, referentes ao aumento do número de efetivos femininos nos quadros das Forças Armadas e de Segurança, promover a inclusão de efetivos femininos em missões de paz e segurança, e a eliminação de constrangimentos logísticos impeditivos à participação feminina em tais missões.

De acordo com o Relatório de execução do I PNA para a Implementação da Resolução n.º 1325 afirma, relativamente ao Objetivo Estratégico 1 que se “registou uma elevada taxa de execução física das atividades compreendidas neste objetivo estratégico, já que as atividades “Executadas” e “Executadas com Insuficiência de Indicadores” somam 85,8%” (*Estudo de Avaliação do Plano Nacional de Ação para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas N.º 1325 (2009-2013)*, 2014, p. 40).

No caso do II PNA para a Implementação da Resolução n.º 1325 (2014-2018), este está dividido em 6 áreas estratégicas, nomeadamente: Área Estratégica 1 – Promover a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança (seis medidas); Área Estratégica 2 – Garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção e manutenção de paz e segurança (cinco medidas); Área Estratégica 3 – Promover os objetivos da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) na ação externa de Portugal (nove medidas); Área Estratégica 4 – Aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática

«mulheres, paz e segurança», e sensibilizar as entidades decisoras e a comunidade (seis medidas); Área Estratégica 5 – Promover a participação da sociedade civil na implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança (2014 -2018) (três medidas) (*II Plano Nacional de Ação para Implementação da RCSNU 1325 (2014-2018) Relatório intercalar de execução 2015, 2016, p. 3*). Embora ainda em vigor aquando da elaboração deste trabalho, segundo o Relatório de execução supracitado, em 2015 teriam sido executadas todas as medidas previstas para esse ano, em todas as áreas estratégicas.

Numa das entrevistas com um representante da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, foi mencionada a importância dos PNA para a sensibilização relativa à integração feminina, e embora fosse admitido que outras coisas poderiam ser feitas, afirma que se tratam de medidas muito positivas. No entanto, vários entrevistados ou acham que as medidas tomadas são de pouca utilidade e alcance (caso dos entrevistados Alfa e Delta), ou simplesmente nunca tomaram contato com quaisquer medidas tomadas (caso do entrevistado Índia).

Capítulo 6 – Papel/Necessidade de soldados do sexo feminino

Crises de guerra

Embora tradicionalmente a guerra seja vista como um assunto masculino, a realidade é que em tempos de grandes crises, as mulheres são também usadas em várias posições relacionadas com os conflitos (embora não necessariamente em papéis de combate).

Um exemplo já mencionado no capítulo 1 deste trabalho é o caso do corpo de enfermeiras enviado com o CEP, durante a Primeira Guerra Mundial (I GM). De facto, é possível encontrar menções a enfermeiras e outras auxiliares em campos de batalha muito antes da I GM, sendo um dos exemplos mais famosos o caso de Florence Nightingale e o seu corpo de 38 enfermeiras, que prestaram auxílio aos exércitos britânico, francês e russo, durante a Guerra da Crimeia (Gill & Gill, 2005).

Outro dos papéis normalmente atribuídos às mulheres que acompanhavam exércitos em campanha era o de providenciar serviços sexuais às tropas, embora em vários casos a coerção fosse o mecanismo usado para garantir a existência de tais serviços. A título de exemplo, surgem as “mulheres de conforto”, um eufemismo usado para referir as mais de 200 mil escravas sexuais de várias nacionalidades usadas por bordéis militares japoneses, nos vários territórios ocupados, durante a Segunda Guerra Mundial (McDougall, 1998, p. 28).

Em contraste, também existiam casos em que os serviços sexuais eram fornecidos por prostitutas locais ou mulheres que seguiam os exércitos de livre vontade, com o intuito de prestarem tais serviços. Um exemplo recente de uso de prostitutas de forma oficial, é o caso dos *bordel militaire de campagne*⁷² (BMC). Estes bordeis, que estiveram em operação oficial até 1995, em Kourou, na Guiana Francesa, quando um proxeneta local acusou o bordel de concorrência desleal (Trouillard, 2014)⁷³. Em tom de exemplo, é possível repetir aqui uma afirmação de um dos indivíduos entrevistados, e

⁷² Traduzido como “Bordel Militar de Campanha”.

⁷³ É necessário ressaltar há relatos de um bordel que ainda estaria em operação em 2003 na República do Djibuti, pelo jornal francês *Le Canard Enchaîné*, e repetida pela *Association pour le respect des droits de l’Homme à Djibouti*. Esse bordel seria usado pelos homens da Legião Estrangeira estacionados nesse local.

que por sua vez a terá ouvido numa palestra: “só havia 3 tipos de mulheres no exército: esposas, prostitutas e enfermeiras” – Delta.

Com a I GM, e a industrialização da guerra, foi necessário que as principais potências em conflito mobilizassem todos os homens fisicamente saudáveis para os seus exércitos e marinhas, o que por sua vez levou a um enorme falta de mão-de-obra. Com as necessidades industriais impostas por uma guerra de dimensões até então desconhecidas, tornou-se indispensável o contributo para o esforço de guerra por parte das mulheres, que assumiram funções em fábricas de munições⁷⁴, com consequências nefastas para a sua saúde (Thom, 2000). Outra das criações resultantes da I GM foi o *Women's Auxiliary Army Corps* britânico, um corpo feminino, criado em 1917, e que pelo final da guerra em 1918 contava com mais de 50 mil mulheres alistadas. Entre as suas responsabilidades contava-se trabalho de secretaria, cozinha e mecânica, para além de serviços de enfermagem (Crang, 2010, p. 344).

Ainda no contexto da I GM, surge o caso da Guerra Civil Finlandesa, travada de 27 de janeiro a 15 de março de 1918. Opondo Sociais-Democratas (os “Vermelhos”), apoiados pela União Soviética, a Conservadores não socialistas (os “Branços”), apoiados pelo Império Alemão, este conflito levou ao uso de tropas femininas em funções de manutenção e enfermagem. No entanto, o lado Vermelho também usou unidades femininas como tropas de combate, num total de cerca de 2000 combatentes. No final da Guerra Civil, e com o lado Branco a emergir como vencedor, as combatentes Vermelhas, por terem agido contra o papel social tipicamente feminino (de cuidadora), acabariam por ser punidas mais severamente do que os combatentes masculinos, quer nas sentenças em tribunais, quer pela condenação da sociedade em geral (Lintunen, 2014, Capítulo 6).

Com a Segunda Guerra Mundial (II GM), surge novamente uma necessidade insaciável de mão-de-obra para o esforço de guerra, em particular no caso do Reino Unido. Se a figura da “*Rosie the Riveter*” se tornou altamente icónica do esforço de guerra americano, e da emancipação feminina, não menor foi o esforço feminino

⁷⁴ Exceção feita para o caso russo, já que após a revolução de Outubro se formaram vários corpos de combatentes voluntários, um dos quais um Batalhão de Mulheres, criado e liderado por Maria Bochkareva “Yashka”, e composto por cerca de 300 elementos (embora inicialmente contasse com 2000 voluntárias) Mais tarde outros batalhões femininos viriam a ser criados, embora apenas o já referido batalhão comandado por “Yashka” e um outro, o batalhão Perm, tenham visto ação. No total, cerca de 5000 mulheres terão prestado serviço em batalhões femininos, e todos estariam alinhados com o Governo Provisório Russo (Stites, 1978, pp. 295–300).

inglês. De facto, para além de assumirem posições em fábricas de armamento, como já o haviam feito na I GM, as novas dimensões desta nova forma de fazer guerra obrigaram a novas realidades e desafios.

Com a ameaça sempre presente de bombardeamentos pela *Luftwaffe* no território inglês, mesmo após o fim daquela que ficaria conhecida como Batalha de Inglaterra, uma das maiores necessidades militares inglesas era a de garantir a defesa aérea do território, com recurso a aeronaves ou baterias antiaéreas. No caso das baterias antiaéreas “protegidas”⁷⁵, após agosto de 1941, estas eram geralmente guarnecidas com equipas de ambos os sexos, embora as mulheres apenas pudessem operar os instrumentos de controlo de tiro, ficando as armas a cargo dos homens. Em setembro de 1943, mais de 56 mil mulheres eram empregues pelo Comando Anti Aéreo, com a maior parte das unidades localizadas perto de Londres (Campbell, 1993, p. 306).

No entanto, é de grande importância notar que às mulheres não era permitido “puxar o gatilho” das armas, sendo essa tarefa apenas masculina. Mesmo quando as mulheres começaram a ser usadas para guarnecer unidades de holofotes, eram acompanhadas por um homem, encarregue de as proteger de ataques, usando uma metralhadora ligeira, e operar o gerador que dava energia aos holofotes (Campbell, 1993, p. 308).

Para o caso alemão, a situação era algo semelhante. Embora o papel social da mulher alemã fosse mais “protegido”, também a necessidade de libertar homens para combater se fez sentir, pelo que mais de 450 mil mulheres se alistaram em unidades auxiliares (para além das que já prestavam serviço enquanto enfermeiras), e no fim de 1945 mais de 85% das posições administrativas, de contabilidade e interpretação estavam a cargo de mulheres. Tal como no caso inglês, também as unidades AA alemãs contavam com uma grande participação feminina (no final da guerra, entre 65 mil e 100 mil mulheres serviam nessas unidades), com as mesmas restrições inglesas, que as proibiam de disparar as armas (Campbell, 1993, pp. 314–316).

No caso da União Soviética, a utilização de mulheres em posições de combate foi muito mais direta. Cerca de 800 mil mulheres serviram no Exército Vermelho

⁷⁵ Assim designadas por se encontrarem em terreno britânico, pelo que os soldados que as guarneciam não podiam ser capturados, e disfrutavam de alojamento e condições de vida bastante superiores às tipicamente encontradas nas linhas da frente.

durante a II GM, e mais de metade em unidades de linha da frente. Outras 300 mil serviram em unidades AA, onde não havia as mesmas restrições que ocupavam os britânicos ou alemães, com as mulheres russas a ocuparem todas as posições disponíveis, incluindo a de atirador. Entre 100 e 150 mil mulheres soviéticas viriam a ser condecoradas pelo seu papel na guerra, e 91 receberiam a medalha de Herói da União Soviética, a mais alta condecoração por coragem disponível (Campbell, 1993, pp. 318–319).

Relativamente à situação norte-americana, também seriam criados corpos auxiliares femininos (entre eles o *Women's Auxiliary Army Corps* – WAAC, criado a 14 de maio de 1942⁷⁶), com o objetivo de libertar homens para posições de combate. Entre as funções desse corpo estariam a de escriturária, cozinha, motorista e administração⁷⁷ (Morden, 1990, pp. 5–9). Eventualmente estas unidades seriam enviadas para os teatros de operações onde se encontravam tropas americanas, mas sempre fora da linha da frente (da mesma maneira que corpos de enfermeiras prestaram serviços).

No caso das unidades de resistência (quer a resistência francesa, a mais conhecida, quer a resistência soviética ou alemã), é mais difícil contabilizar os efetivos envolvidos, até pela natureza das suas operações. No entanto, é possível afirmar com grande certeza que terá existido um grande envolvimento feminino em operações de resistência. Por exemplo, cerca de 12% dos efetivos da resistência francesa eram femininos (Andrieu, 2000, p. 20), e a partir de 1944 as mulheres alemãs em zonas remotas do Reich em risco de invasão soviética puderam ser treinadas em uso de armas, tendo obtido alguns sucessos (Campbell, 1993, p. 317).

Outras experiências com mulheres em situações de guerra poderiam ser enumeradas, por exemplo a experiência das enfermeiras paraquedistas francesas na Argélia, ou a experiência das enfermeiras paraquedistas portuguesas na Guerra do Ultramar, já mencionadas no capítulo 1 deste trabalho. Ainda se poderia mencionar a experiência do WAC americano na Guerra da Coreia, ou outros casos em que mulheres foram chamadas a servir os seus países em tempos de necessidade.

⁷⁶ A 1 de julho de 1943 seria passada uma nova lei pelo congresso americano, que levaria à perca do título “*Auxiliary*” deste corpo, passando o seu nome a ser *Women's Army Corps*, ou WAC (Morden, 1990, p. 12). Mais tarde ainda o WAC seria extinto e as mulheres que pretendessem seguir carreira militar fariam no serviço militar regular.

⁷⁷ Também terão sido feitas experiências para criar corpos AA com mulheres, ao estilo britânico e alemão. No entanto, essas experiências acabariam por ser abandonadas por motivos políticos (Campbell, 1993, pp. 302–303).

Contudo, existe um padrão facilmente observável, principalmente em países ocidentais: o objetivo primário de admitir o serviço militar feminino, mesmo em tempos de grandes crises, parece ser o de libertar o máximo de homens de funções administrativas/não-combatentes para que estes possam prestar serviço em funções operacionais/de combate. Talvez a melhor forma de ilustrar esse ideal de libertar homens para a luta seja com a frase de Winston Churchill, relativamente à possibilidade de usar mulheres para guarnecer unidades AA: “*Forty Thousand men saved equal a great victory for this country*”⁷⁸ (Price, 2016, número de página indisponível em pré-visualização).

Alteração de formas de recrutamento - Falta de voluntários

Com a passagem dos sistemas de recrutamento em massa, baseados em sistemas de conscrição, para recrutamento baseado em voluntariado, surgiram novas dificuldades em manter um número mínimo necessário de efetivos nas forças armadas de todo o mundo. Principalmente com grandes avanços tecnológicos, que levaram ao desenvolvimento de sistemas de armas de cada vez maior complexidade, o problema de recrutar indivíduos mais qualificados, o que por sua vez leva a uma necessidade de alargar a base de recrutamento (Carreiras, 1999, p. 92).

Tendo em conta o modelo de Instituição/Ocupação proposto por Charles Moskos em 1977, é possível fazer uma análise da evolução das formas de recrutamento e da organização da estrutura militar. Segundo Moskos, as Instituições são tipicamente legitimadas por valores e normas, com um valor tipicamente transcendente ao indivíduo. Assim, os membros de instituições são, geralmente vistos como seguidores de uma vocação, que os distingue da população geral (Charles C. Moskos, 1977, p. 42).

Por outro lado, as ocupações distinguem-se de instituições por se regerem através de normas de mercado, com contratos reguladores de obrigações de parte a parte, recompensa monetária por dado trabalho, e serem caracterizadas por interesses próprios (Charles C. Moskos, 1977, p. 43).

⁷⁸ Em português, “Quarenta mil homens poupados igualam a uma grande vitória para esta nação”. Tradução própria.

Tradicionalmente, os exércitos eram regidos por modelos e sistemas institucionais. No entanto, e com a já referida mudança paradigmática de exército de massas para exércitos de voluntários, dá-se também a mudança de sistemas institucionais para sistemas com traços organizacionais (Charles C. Moskos, 1977, p. 44). Tal mudança seria acompanhada de uma “civilianização” de certos papéis, tipicamente desempenhados por pessoal militar, e uma compartimentalização da própria instituição militar, com alguns sectores a manterem-se regidos por valores institucionais (nomeadamente especialidades mais operacionais), e outros a tornarem-se mais ocupacionais (Kelty & Segal, 2009, p. 213).

O entrevistado Golf mencionou que, devido à sua experiência em combate e às tradições da sua unidade, mesmo que alguma mulher conseguisse “por milagre” concluir o Curso de Formação de Comandos, dificilmente seria aceite no seio da unidade, já que “lá [Comandos] não é sítio para mulheres”. Da mesma opinião era o entrevistado Charlie, que mencionou que “mesmo que uma mulher passe o Curso de Fuzileiros, o que é impossível de acontecer, não se aguenta lá, porque é posta para fora”. Usando da sua experiência em operações internacionais, refere que não queria nenhuma mulher a distrair os homens durante patrulhas, e que não poderiam fazer as coisas como faziam (dando o exemplo de homens terem que dormir em grande proximidade, falta de privacidade, má alimentação durante patrulhas de longa duração e sacrifícios feitos em prol da população, como a partilha de comida com crianças). Ambos atribuíam um elevado valor às tradições e feitos das suas unidades, e mencionavam como mulheres seriam elementos disruptivos do normal funcionamento das mesmas.

Fazendo uso das noções apresentadas, é então possível problematizar o recrutamento (e alistamento e realistamento) feminino, e tentar perceber que lógicas regem a participação militar feminina. Em *Sex Roles and the Military*, Patricia Shields mostra que o principal motivador do serviço militar feminino são fatores não ocupacionais, mas vocacionais, apesar de apenas uma baixa percentagem de mulheres mostrem disponibilidade para serviço militar (Shields, 1988, p. 102). No mesmo trabalho, Shields defende que mais importante para perceber as motivações femininas para serviço militar do que as taxas de alistamento feminino, seria a intenção de alistamento. Dessa forma, e tendo em conta as baixas taxas de mulheres que indicavam pretender seguir serviço militar (sendo que o serviço militar apresentaria bastantes

vantagens relativamente ao ingresso no mercado de trabalho civil), era possível perceber que o que motivava o serviço militar feminino era, de facto, o aspeto vocacional (Shields, 1988, pp. 103–104).

Relativamente a taxas de realistamento de soldados do sexo feminino, estas tendem a ser inferiores às taxas de realistamento de soldados do sexo masculino. De tal forma que segundo Shields, em 1983, 90% dos soldados de carreira do sexo masculino se realistaram, quando a taxa de realistamento feminina no mesmo ano foi de apenas 72% (Shields, 1988, p. 105). Entre as razões apontadas para a menor taxa de realistamento para soldados do sexo feminino estão as preocupações com constituição de família⁷⁹, casamento e outras responsabilidades familiares.

Questões de igualdade de acesso

Um dos argumentos que podem ser feitos a favor da integração feminina em todas as armas dos diversos ramos das Forças Armadas é a inconstitucionalidade de impedir o acesso a qualquer cargo ou profissão com base no sexo.

No entanto, e contrapondo a essa noção de não restrição de acesso a mercado de trabalho com base em sexo, surge um artigo de um Coronel reformado do USMC, Charles Rice, intitulado “*Women in the infantry: Understanding Issues of Physical Strength, Economics, and Small-Unit Cohesion*”. Nesse artigo, Rice argumenta que embora o problema da integração feminina em especialidades operacionais⁸⁰ possa ser colocado no contexto de igualdade de acesso ao mercado de trabalho, tal é erróneo, e deveria ser visto sob uma perspetiva unicamente militar.

Chegando a afirmar que para além de não existir qualquer justificação militar para a integração de soldados do sexo feminino em especialidades operacionais, o autor do artigo avança duas posições quanto aos argumentos de que as mulheres já conquistaram o seu lugar em tais especialidades e de que o que interessa é colocar as melhores pessoas nos papéis mais adequados.

⁷⁹ O que é pouco surpreendente, dado que a idade de prestação de serviço militar coincide com a idade em que as mulheres são mais férteis.

⁸⁰ Rice nunca se opõe ao desempenho de outras funções por parte de soldados do sexo feminino, falando apenas para o caso da infantaria.

Relativamente ao primeiro argumento, de que unidades de apoio (que incluem soldados do sexo feminino) já foram alvo de ataques, e que isso já colocou mulheres na linha de fogo, pelo que lhes deve ser permitido o ingresso em unidades operacionais, Rice contrapõe com a noção de que ser atacado não implica ser atacante. Ou seja, só porque uma unidade foi alvo de ataque, tal não pode ser interpretado como tal unidade ter uma função combatente, ou que os soldados que a compõem sejam os mais indicados para tal função. Além disso, apenas no contexto de guerras assimétricas é que é comum unidades de apoio verem combate, já que num contexto de guerra convencional entre exércitos uniformizados tais unidades estariam sempre na retaguarda, “protegidos” de combate próximo.

Quanto ao segundo argumento, de que se deve colocar o melhor indivíduo na posição à qual se melhor adequa, o autor argumenta que para além do sexo, existem outras limitações que impedem essa colocação, nomeadamente a idade. Assim, Rice afirma que certamente existem jovens masculino de 15 anos e homens adultos de 40 que terão melhores prestações físicas do que mulheres de 20 anos, mas que mesmo assim não podem ser considerados para serviço na infantaria por limitações de idade.

Além destes argumentos, são apresentadas ainda um conjunto de razões pelas quais Rice defende que não sejam abertas posições de infantaria (ou seja, especialidades operacionais) ao ingresso feminino, nomeadamente questões económicas, logísticas e de capacidade física. Tendo em conta tais perspetivas e a sua relação com aquilo que o autor afirma ser uma lógica diferente daquela que rege o mercado de trabalho não-militar, torna-se necessário que sejam apresentadas ao longo das próximas páginas.

Ainda no contexto de possíveis restrições ao serviço em contextos operacionais, o artigo em análise menciona as diferenças fundamentais entre contextos de contrainsurgência e combate tradicional, nomeadamente a intensidade, duração e objetivos estratégicos. Se com ações como as que são vistas no Iraque e Afeganistão o principal objetivo estratégico é a estabilização/criação de governo e infraestrutura, com uma grande incidência de ações de aproximação cultural, no combate tradicional o ênfase é colocado em ações agressivas, de longa duração, que levam a um esforço físico de alta intensidade, e constante. Tal esforço (segundo o autor) não pode ser comparado à prática de desporto, pelo que a aptidão desportiva feminina não pode ser usado como “demonstrador” da capacidade militar, o que Rice corrobora com o testemunho da Capitã Katie Petronio, uma oficial que serviu no Afeganistão (Rice, 2015, p. 51).

Com a impossibilidade logística e orçamental de testar todos os indivíduos para serviço na infantaria (embora historicamente todos os admitidos a serviço militar fossem julgados aptos para servir como infantaria), torna-se necessário desenvolver parâmetros de seleção demográfica, sendo que o grupo demográfico mais adequado para tal serviço é o de jovens do sexo masculino. Baseando-se nas conclusões do USMC *Combat Fitness Test*, o autor menciona que as disparidades entre força dos membros superiores entre os sexos fica demonstrada com a falha de 55% das voluntárias femininas em efetuar 3 elevações em barra no final dos testes, quando para os voluntários masculinos a taxa de falha foi inferior a 1%.

Relativamente questões económicas, é de salientar os custos de treino de um soldado de infantaria (estimados em cerca de 50 mil dólares, para o exército americano em 2008), e o custo que representam indivíduos que não completam o treino. Dando o exemplo do *Infantry Officer's Training Course* do USMC, Rice reitera que desde setembro de 2013 e a redação do seu artigo (publicado em março de 2015), dos 17 *marines* do sexo feminino que o tinham tentado realizar, 13 teriam falhado o exame físico do primeiro dia, e outro teria abandonado o curso devido a uma fratura por stress no pé que teria ocorrido na mesma altura. As restantes 3 candidatas teriam passado o primeiro dia, mas acabariam por abandonar o curso, não tendo ainda nenhum *marine* do sexo feminino completado o curso com sucesso⁸¹.

Finalmente, o artigo em análise menciona a questão da coesão intra-grupo, e embora o autor admita que é possível uma assimilação dos soldados do sexo feminino sem problemas, a hipótese de que ocorram dificuldades de assimilação deve ser estudada.

Aproximação cultural

⁸¹ É necessário salientar que os casos aos quais autor se refere inserem-se num período de “avaliação” ocorrido entre setembro de 2012 e junho de 2015, em que terão tentado completar o curso um total de 27 *marines* do sexo feminino, não o tendo nenhum concluído com sucesso. Desde esse período até abril de 2017 outras 3 candidatas tentaram concluir o curso, mas todas sem aproveitamento (Seck, 2017). No entanto, a 26 de outubro de 2016, as primeiras 10 oficiais de infantaria do exército norte-americano concluíram com sucesso o curso de oficial de infantaria desse ramo, mas apenas após os requerimentos terem sido alterados, embora segundo o Major General Wesley, comandante da unidade de treino, não tenham sido diminuídos (Cox, 2016). Também de salientar é uma crítica feita por parte de uma coronel do exército norte-americano, Ellen Haring, que afirma que o curso do USMC tem padrões irrealistas e que deveriam ser alterados (Haring, 2016).

Com a alteração do paradigma de combate dos exércitos modernos, de grandes combates convencionais entre exércitos uniformizados, para ações de contraguerrilha, supressão de insurreições e combate ao terrorismo, questões de aproximação cultural são revestidas de uma importância crescente (Summers, 2013, p. 72).

Um grande exemplo da necessidade de aproximação cultural, e que levou à formação de unidades especializadas nessa vertente da guerra moderna é a Guerra do Iraque⁸² e o *Lioness Program*. As experiências obtidas com esse programa seriam depois usadas para formar *Female Engagement Teams*, que seriam usadas com grandes sucessos tanto na Guerra do Iraque como posteriormente na Guerra do Afeganistão⁸³.

Existindo a necessidade de desenvolver ligações com populações civis no Iraque, de tal forma a que fosse possível melhorar o apoio da população civil às operações militares, são desenvolvidos dois programas para desenvolver contactos entre soldados do sexo feminino e a população civil, o *Lioness Team* do Exército Norte-Americano e o *Lioness Program* do USMC. Estes programas consistiram em soluções *ad-hoc*, criadas em 2003, para o problema do *taboo* cultural que impedia os soldados masculinos de revistar mulheres iraquianas, e de interagir em pleno com a população civil (Owen, 2007). Assim, eram destacados soldados do sexo femininos (de unidades não operacionais, já que especialidades operacionais eram vedadas ao ingresso feminino) para unidades que estivessem a controlar *check points* ou a visitar aldeias, para que fosse possível estabelecer contactos com mulheres iraquianas (Allen, Ladenheim, & Stout, 2011, pp. 15, 17; Harding, 2010, pp. 10–11).

Usando a experiência das *Lioness Teams* e do *Lioness Program*, em 2009 o USMC cunha o termo *Female Engagement Teams* (FET) para equipas (ainda *ad-hoc*, sem estrutura ou missão formal) que incluem *marines* do sexo feminino, e que têm como objetivo estabelecer relações com a população afegã (em especial com mulheres e crianças), e que eram destacadas de acordo com as necessidades de unidades operacionais que estivessem em manobras no teatro de operações do Afeganistão (Allen et al., 2011, pp. 15–16). Entre os propósitos das FET estariam a recolha de informação (incluindo sobre atividade inimiga), a disseminação de informação, o acompanhamento

⁸² Embora por vezes referida como *Operation Iraqi Freedom* (Operação Liberdade Iraquiana), esse nome de código refere-se apenas à invasão, e não à ocupação posterior.

⁸³ Embora por vezes referida como *Operation Enduring Freedom – Afghanistan* (Operação Liberdade Duradoura – Afeganistão), esse nome de código refere-se apenas à invasão, e não à ocupação posterior.

médico, a capacidade de facilitar a interação militar-civil e melhorar as condições de segurança (Bedell, 2011, p. 5).

Tendo em conta dos sucessos das FET não oficiais do USMC, em março de 2011 a *International Security Assistance Force* (ISAF) torna obrigatório que todas as brigadas de combate destacadas para o Afeganistão após agosto de 2011 incluam FET treinadas especificamente para as missões que lhes são destinadas. O USMC cria então um programa de treino de 4 meses, composto por instrução em sala de aula (30% do programa) e instrução militar (70%) (Harding, 2010, pp. 13–14).

Capítulo 7 - Outras questões a considerar

Paz vs Guerra

Um dos condicionantes a ter em conta na elaboração de trabalhos acerca de lógicas de integração nas forças armadas, é que a maior parte são escritos por civis, em tempos de paz (ou de conflitos não convencionais). Em tempo de guerra, e em particular em conflitos que requeiram uma grande mobilização de pessoal, as lógicas de recrutamento e integração são alteradas rápida e, muitas vezes, drasticamente. Por exemplo, a questão das defesas antiaéreas durante a Segunda Guerra Mundial ou os movimentos de resistência que também contavam com elementos do sexo feminino.

Segundo Segal, a estrutura organizacional dos exércitos, com a evolução tecnológica, tem-se alterado para modelos com cada vez maiores números de pessoal de apoio (por exemplo, 93% dos soldados envolvidos na Guerra Civil americana tinham funções de combate, contra apenas 22% dos soldados envolvidos na Guerra do Vietname), o que é exacerbado em tempos de guerra, especialmente em exércitos expedicionários (Segal, 1995, p. 764).

Tendo em conta essas conclusões, é possível extrapolar que em casos de guerra “tradicional” de alta intensidade e entre potências, fará muito mais sentido, em termos económicos e de eficiência no uso de recursos, concentrar recursos no treino em especialidades de combate apenas para soldados masculinos, que também tendem a ser mais eficientes em tarefas de combate, conforme demonstrado anteriormente. Para além disso, segundo dados publicados em 2013, apenas 17.6% dos oficiais femininos do QP e 23% dos sargentos femininos do QP do exército tinham especialidades operacionais (Moreira, Moura, Pinheiro, & Ribeiro, 2013)⁸⁴, pelo que já existe uma “tradição” de serviço feminino em especialidades de apoio, essenciais às funções e operações dos exércitos modernos.

Ainda relativamente às diferenças entre exércitos de tempo de paz e exércitos de tempo de guerra, é necessário ter em conta que a disponibilidade para “experimentar” modelos não testados tende a ser diminuta, pelo que é possível que se formem ainda

⁸⁴ Embora não existam dados relativos a praças ou a oficiais ou sargentos do RC/RV, tendo em conta a literatura consultada, parece seguro assumir que os valores para soldados do sexo feminino dessas categorias que prestem serviço em especialidades operacionais será ainda mais baixo.

mais resistências ao emprego de soldados do sexo feminino em funções não tradicionais. Tal forma de pensar parece presente nas declarações do entrevistado Hotel, que afirma que “em tempo de paz tudo se pode dizer, tudo se pode escrever. Em tempo de guerra, as coisas mudam de figura”.

Coesão

Enquanto certos autores retiram alguma importância à coesão de unidades, em particular face a teatros de operações cada vez mais avançados tecnologicamente (Harries-Jenkins, 2002, p. 762), outros atribuem-lhe uma importância fundamental relativamente à performance em combate, em particular em unidades de pequena dimensão (Rielly, 2000, pp. 61–62).

Independentemente da real importância da coesão, o potencial efeito negativo que a mesma pode sofrer com a introdução de soldados do sexo feminino, particularmente em especialidades operacionais, é um dos vários argumentos usados por quem defende a exclusão feminina de especialidades que envolvam combate. No entanto, a bibliografia consultada apresenta argumentos que tanto favorecem a opção de que a introdução de soldados do sexo feminino não tem impactos negativos na coesão, como também existem argumentos que parecem demonstrar efeitos negativos.

Um dos principais argumentos relativos à não existência de efeitos negativos na coesão de unidades militares é dado por Charles Moskos, um sociólogo americano, que faz trabalho de campo junto de forças do exército norte-americano nas Honduras, que aí realizam o exercício *Granadero I*, com início a 1 de abril de 1984 (Halloran, 1984). Moskos acabaria por dividir a sua estadia por dois locais, Palmerola, onde estavam cerca de 500 soldados, com 40 do sexo feminino, e Cucuyagua, onde se encontravam cerca de 200 soldados, sendo 10 do sexo feminino.

Tendo entrevistado um total de 48 soldados do sexo feminino, chega à conclusão de que não havia nenhum efeito negativo na coesão do grupo (ou na moral dos indivíduos) em virtude da presença de soldados do feminino. Pelo contrário, segundo as suas observações, com o decorrer do exercício, os laços de união entre os soldados foram-se estreitando, independentemente do sexo ou cor de pele.

As relações sexuais entre soldados no campo, embora existentes, seriam em muito menor número do que as existentes entre soldados nas casernas, o que Moskos atribui às condições árduas do exercício que estava a decorrer e à falta de privacidade (Moskos, 1984, p. 31). Nas entrevistas realizadas para este trabalho, tais questões relativas à sexualidade dos soldados também surgiram, com resultados semelhantes aos de Moskos. Admitindo a existência de relações sexuais entre soldados, 4 dos entrevistados (três do sexo feminino e um do sexo masculino) Alfa, Delta, Foxtrot e India mencionam que durante exercícios de campo não existiam tais contactos por diversas razões, incluindo a falta de privacidade/oportunidade e falta de libido por exaustão (comum aos 4), profissionalismo (Alfa e Foxtrot), e respeito pela instituição militar (Foxtrot).

Enquanto Palmerola, sendo uma base da Força Aérea das Honduras, possuía condições que permitiam a separação dos soldados por sexo, em condições relativamente modernas (os soldados viviam em instalações de madeira, com luz elétrica, televisão e rádio, e existiam latrinas fechadas, segregadas por sexo), em Cucuyagua tais condições não existiam. Os soldados que lá se encontravam viviam em tendas sem separação por sexo, onde apenas um lençol pendurado oferecia alguma privacidade simbólica (era possível ver os pés de quem estava a trocar de roupa, e facilmente se olhava por cima da divisória improvisada), o que levava algumas mulheres a trocarem de roupa dentro dos sacos cama.

Embora em Cucuyagua também tivessem sido erguidas latrinas, muitos soldados (de ambos os sexos) acabavam por ter de se “aliviar” em arbustos ou no campo, devido à própria natureza do exercício. A entrevistada Foxtrot relata situações parecidas, em que não podia recorrer a latrinas ou casas de banho, tanto em exercícios em Portugal como durante a sua missão no Kosovo, pelo que tinha que se “agachar atrás de qualquer lado”. No entanto, e em especial durante a missão, qualquer pessoa que se ausentasse do grupo teria que ter um camarada que estivesse de guarda durante o período de vulnerabilidade de quem tinha que se ausentar. Tal levou à criação de uma “rede” de pessoas em quem confiar, baseada nas suas relações de amizade com os camaradas.

Ainda referente à situação dos soldados em Cucuyagua, quando se tratava de tomar duche, era comum aos soldados do sexo feminino “vigiarem” camaradas do mesmo sexo, revezadamente, para garantir que ninguém as observava. No entanto, com o decorrer do exercício, os homens foram ganhando alguma sensibilidade para a

privacidade feminina, e a atitude dos soldados do sexo feminino também se foi alterando, com o desenvolvimento de uma atitude de “deixa olhar” (Moskos, 1984, p. 30). No entanto, Moskos também nota que uma das razões de tal “tolerância” a um menor grau de privacidade advém do contato prévio e prolongado que os soldados já tinham, antes de serem destacados para o exercício nas Honduras. Ainda assim, e embora tolerada, a falta de privacidade nunca terá sido completamente aceite pelos soldados do sexo feminino, com muitos a mencionarem problemas relacionados com expressões e conversas masculinas.

A entrevistada Delta, embora parte da Força Aérea e não do Exército, mencionou as diferenças na privacidade em diferentes contextos. Segundo ela, era necessário que as mulheres e os homens perdessem *taboos* e outras atitudes, já que “em tempo de paz, todos têm casas de banho e duches separados, com muros e azulejos. Durante exercícios pode já só haver cabines pequenas e abertas, e em caso de guerra, aí se for preciso toda a gente tomar banho junta, ao mesmo tempo, então têm que aceitar isso”.

Moskos também menciona que, porque os soldados do sexo feminino cumpriam as suas funções de forma exemplar (incluindo funções desagradáveis, como queimar as fezes retiradas das latrinas ou descarregar mantimentos), isso levava a uma maior aceitação por parte dos outros soldados, que também acabavam por julgar os soldados do sexo feminino mais com base nas suas características individuais, do que pelo seu sexo (Moskos, 1984, p. 30).

Patricia Shields, socióloga americana, em *Sex Roles in the Military*, chega a conclusões semelhantes às de Moskos, no que se refere a questões de coesão das unidades. Segundo a autora, as relações de camaradagem são o padrão, e não relações amorosas/sexuais, e o contacto contínuo entre soldados de ambos os sexos diminui julgamentos baseados em sexo, embora homens em posições de baixo estatuto (por exemplo, cozinheiros) e de baixo nível educacional continuassem a assediar soldados do sexo feminino (Shields, 1988, p. 108).

Ainda segundo Shields, a única razão para diminuição de coesão parece ser a gravidez, algo que Moskos não pode observar por nenhum dos sujeitos que entrevistou estivesse grávido. A razão pela qual a gravidez diminui a coesão prende-se com as alterações à disponibilidade para destacamentos, e à impossibilidade de realizar todas as

tarefas necessárias, especialmente em contextos operacionais (Shields, 1988, pp. 108–109).

Tendo em conta estas conclusões, é necessário ressaltar que se tratam de observações feitas em exercícios ou em ambientes controlados, e que não englobam soldados do sexo feminino em posições de combate⁸⁵. Não tendo sido encontrada bibliografia relativa aos efeitos na coesão em pequenas unidades vocacionadas para ações de combate⁸⁶, é interessante analisar conclusões de um estudo já mencionado no Capítulo 2, o *Ground Combat Element Integrated Task Force* (GCEITF) do USMC, e um outro estudo realizado pelo exército norte-americano (*Army Gender Integration Study*, doravante AGIS), aquando da obrigatoriedade de abertura de especialidades de combate ao ingresso feminino, que mencionam alterações à coesão de unidades de pequena dimensão e com especialidades de combate.

No primeiro caso, parece ocorrer uma diminuição de coesão com a presença de soldados do sexo feminino, em particular em situações específicas relacionadas com as funções em combate (Schaefer et al., 2015, p. 17). Outra publicação sobre o mesmo estudo demonstra uma menor coesão em unidades integradas, em particular em especialidades de infantaria (como atirador, atirador de metralhadora, equipas de morteiro, equipas anticarro), dando como possível explicação a inexperiência das *marines* que estavam a realizar tarefas para as quais não tinham sido treinadas (Arnhart et al., 2015, pp. N-12/N-14, N-23/N-27, N-36/N-38, N-46/N-4).

No entanto, a criação de uma companhia provisional, com elementos masculinos e femininos, em que nenhum dos sexos tinha experiência prévia nas funções a que estava a ser avaliado, permitiu verificar resultados semelhantes, com elementos masculinos a indicarem também menores níveis de coesão (Arnhart et al., 2015, p. N-60). Considerando que no caso desta companhia provisional os *marines* femininos tiveram performances no geral inferiores às dos *marines* masculinos (tal como nas unidades integradas, onde os *marines* masculinos tiveram prestações superiores às dos *marines* femininos), parece ser possível colocar em causa se essa diminuição de

⁸⁵ Moskos percebe mesmo que haveria pouca vontade, por parte dos soldados praça femininos, em seguir especialidades que envolvessem combate, mas que nas oficiais já haveria mais disposição para tais especialidades (Moskos, 1984, pp. 31–32). Tal pode ser explicado pela vontade de progressão na carreira, que se torna mais fácil com experiência em combate.

⁸⁶ Explicável pela relativamente recente integração de soldados do sexo feminino em posições de combate pela maioria dos exércitos ocidentais, principalmente quando se tratam de exércitos com ações frequentes, como o exército norte-americano ou exército britânico.

performance não terá levado à diminuição, já que é possível que a *performance* afete a coesão de um grupo (Mullen & Copper, 1994, pp. 38–39).

No AGIS, é dada bastante importância à coesão, tendo sido identificados vários aspetos em que ela pode ser afetada com a introdução de soldados do sexo feminino. Tendo sido efetuados inquéritos a 60 559 soldados de ambos os sexos⁸⁷, foi possível identificar os aspetos de maior importância que são, então, os *standards* físicos, a gravidez, o assédio/agressão sexual, o espírito de unidade, a fraternização/relações sexuais consentidas, e os estereótipos femininos (tanto relativamente a soldados como a oficiais/instrutores).

No caso dos *standards* físicos, a opinião geral dos soldados masculinos entrevistados era de que seria difícil manter a performance da unidade com a integração feminina (59% dos entrevistados), e que soldados do sexo feminino não seriam capazes de aguentar as exigências físicas de especialidades de combate (65%). De facto, 84% dos entrevistados acreditava que o exército teria que diminuir os requerimentos físicos para haver sucesso feminino. Caso tal se viesse a realizar, os soldados esperariam uma enorme redução no moral e na coesão das unidades integradas (Arnhart et al., 2015, pp. 20–22).

Para o caso da gravidez, esta era muitas vezes vista como uma forma de “escapar” aos destacamentos (um total de 68% dos soldados entrevistados partilhava dessa opinião), o que afetava a prontidão da unidade, e conseqüentemente diminuía o moral e a coesão, principalmente se quem engravidava fizesse parte de uma equipa com funções específicas, ou se fosse difícil de substituir (Arnhart et al., 2015, pp. 22–25).

Relativamente ao assédio/agressão sexual, foi reportada uma “preocupação excessiva” relativamente ao que constituía tais ofensas, exacerbada pelo treino ministrado pelo exército relativamente a essas questões. Havia relatos de falsas acusações (por vingança, arrependimento ou chantagem) e que muitos soldados sentiam que a política do exército nesses casos era de “culpado até prova em contrário”. Também existia a preocupação de atividades necessárias à atividade militar fossem mal interpretadas como assédio (como o contacto corporal necessário para transportar pessoas em treinos ou que estão feridas, ajustes aos uniformes, ou apalpação para

⁸⁷ Todos os soldados masculinos entrevistados eram de especialidades de combate, que à altura de elaboração do estudo ainda não contavam com soldados do sexo feminino. As respostas de soldados do sexo feminino são, portanto, referentes a indivíduos que não exerciam funções de combate.

detetar feridas e lesões). Essas considerações alimentavam um certo “medo de interação” com o sexo feminino, e também surgia a questão de atitudes, humor ou expressões que, sendo aceites em contextos apenas masculinos, teriam que ser abandonadas em unidades integradas⁸⁸, o que diminuiria a moral e coesão (Arnhart et al., 2015, pp. 25–30).

Por outro lado, mesmo possíveis relações sexuais consentidas ou fraternização entre soldados poderiam afetar a coesão e moral, com a potencial problemática de relações entre indivíduos com patentes militares diferentes, o que poderia levar à formação de ideias acerca de possível favoritismo ou manipulação. Para além disso, também foi mencionada a competição por atenção feminina ou possível “drama” causado por relações amorosas, e que poderia afetar a operacionalidade, o moral e a coesão (Arnhart et al., 2015, pp. 33–35).

Três exemplos de ideias de favoritismo ou manipulação surgiram nas entrevistas realizadas, com Bravo, Charlie, India e Juliet. Citando uma das entrevistas: “As meninas desistem menos mas têm menos rusticidade, são menos infantis mas manipulam meio mundo, são ótimas em algumas funções, mas péssimas noutras” – entrevistado Juliet. Um outro exemplo é o do entrevistado Charlie, que menciona que na sua experiência de formador da Marinha, é comum que mulheres tentem usar sentimentalismos para se escaparem a certos deveres. No entanto, admite que a culpa também é dos formadores e oficiais que se “deixam levar”, opinião que o entrevistado Bravo, que também foi formador, partilha.

Um dos maiores problemas identificados pelos soldados inquiridos, e com ramificações que poderiam ditar o sucesso ou insucesso de integração feminina em especialidades operacionais era a estereotipagem feminina, incluindo as formas de liderança “feminina”. Alguns soldados indicam que as mulheres podem exibir algumas características mentais/emocionais que diminuam a operacionalidade da unidade e a sua coesão, como o serem emocionalmente mais fracas, mais suscetíveis a mudanças de humor e terem um ponto de rutura abaixo do de um homem (Arnhart et al., 2015, pp. 36–37).

⁸⁸ É possível aqui perceber que estratégias de integração assertivas seriam as mais fraturantes, já que levariam a uma alteração de costumes e formas de agir. Pelo contrário, estratégias de integração conformistas ou assimilativas seriam melhor recebidas, e não levariam a alterações tão grandes na vivência da unidade. No entanto, tais estratégias poderiam necessitar uma alteração da própria conduta e identidade de quem se tenta integrar.

Além disso, e referindo-se ao modo de liderança “feminina”, mencionam que é uma liderança mais indecisa, branda, e com mais interesse na colaboração que em liderar (Arnhart et al., 2015, pp. 36–37). No entanto, estas visões são bastante contrárias às dos indivíduos (de ambos os sexos) entrevistados que se pronunciaram sobre essa questão.

Na realidade, a visão passada era a de que líderes e formadores femininos eram bastante mais exigentes e menos “flexíveis” relativamente a falhas dos instruídos, do que os masculinos. E uma das razões apontada para tal comportamento seria a de que era uma forma de ganhar respeito, marcar uma posição e “provar” que eram duros e capazes para tal posição.

O último grande ponto de potencial quebra de coesão indicado no AGIS seriam alterações ao “espírito de unidade”, a própria cultura das unidades vocacionadas para combate, e que poderiam ver algumas das suas características (agressividade, linguagem, procura de atividades fisicamente perigosas, a forma de relacionamento entre camaradas, entre outras) alteradas pela presença de soldados do sexo feminino. É de notar que 41% das equipas de comando inquiridas esperam uma diminuição de moral, e 39% esperam uma diminuição de coesão (Arnhart et al., 2015, pp. 30–33).

Os inquiridos Charlie e Golf, de especialidades onde não existem efetivos femininos, e reconhecidas pelas suas capacidades especiais, mencionaram mesmo que quaisquer efetivos femininos fossem integrados nessas especialidades, levariam a uma alteração da própria unidade e das formas de estar dos soldados que as integram. Já nenhum dos paraquedistas entrevistados mencionou tal preocupação. Uma das explicações possíveis será a própria história do corpo de paraquedistas portugueses, onde durante a Guerra Colonial serviram enfermeiras paraquedistas (como mencionado no Capítulo 1 deste trabalho), e que poderão ter facilitado a posterior integração feminina noutros papéis. Ainda assim, é interessante notar que pelo menos dois paraquedistas entrevistados, India e Juliet mencionaram que prefeririam entrar em combate com unidades apenas masculinas. O entrevistado Bravo mencionou ainda que, na sua experiência em operações de manutenção de paz, era extremamente incomum colocar soldados do sexo feminino nos torreões de armas dos veículos usados, porque poderiam ter mais dificuldade em atirar sobre potenciais alvos que não fossem homens (especialmente crianças), mesmo que constituíssem ameaças.

Além das possibilidades já mencionadas, os soldados inquiridos relataram que quaisquer “exceções” abertas a mulheres (como a possibilidade de tomar duchas mais frequentemente que os homens) ou outras benesses como a criação de espaços segregados durante operações de campo (como locais para dormir ou latrinas), com condições especiais ou que simplesmente não existiam em unidades apenas masculinas, criam desconforto e ressentimento, contribuindo para uma menor moral e coesão (Arnhart et al., 2015, pp. 30–33).

Apesar de tanto o GCEITF como o AGIS apontarem possíveis causas de rutura entre soldados de ambos os sexos, com respetivas diminuições de moral e/ou coesão, também notam que a maior parte dos problemas identificados podem ser diminuídos ou eliminados através de liderança eficaz, de admissão apenas de soldados do sexo feminino capazes de cumprir as tarefas que lhes são exigidas, e da própria convivência entre soldados, que permitirá uma dissipação gradual de estereótipos e receios. Outras publicações parecem concordar com essas conclusões (Schaefer et al., 2015, pp. 24–27), demonstrando o elemento de liderança como o mais importante na manutenção de coesão e moral, já que aos líderes compete desenvolver o espírito de equipa e manter a ordem (Cawkill, Rogers, Knight, & Spear, 2010, p. 18) .

Outro autor, o Coronel Darryl Handerson, descreve a necessidade de criar e manter momentos como paradas e dias de unidades, que embora possam parecer “desperdício de recursos” que tendem a ser eliminados, servem como importantes galvanizadores de coesão e moral. Também refere que o próprio *design* das casernas, pode contribuir para o desenvolvimento de uma melhor rede social entre membros de pequenas unidades de combate, embora novas filosofias que tendem a fazer casernas assemelharem-se a grandes motéis, sejam um passo na direção errada (Henderson, 1985, p. 49).

Os pontos levantados por Handerson parecem ecoar com indivíduos entrevistados, particularmente os que exerciam especialidades operacionais, para quem o orgulho na unidade e nos seus feitos, juntamente com o que os seus elementos tinham sofrido em conjunto, eram o grande “equalizador”.

“Discriminação positiva”

Entre os entrevistados, era frequente surgirem opiniões relativas a “discriminação positiva”⁸⁹, sendo que nenhuma delas era positiva. De facto, as opiniões de soldados do sexo feminino eram entre as mais negativas, recusando quaisquer tipo de ajudas, quotas a preencher ou qualquer outro tipo de amenidades relacionadas com o seu sexo.

As razões enumeradas para tal opinião relativa a medidas de discriminação positivas eram geralmente as mesmas, nomeadamente o efeito que tais medidas teriam na performance ou coesão da unidade.

Uma das vantagens institucionalizadas de que os soldados do sexo feminino disfrutam é um favorecimento implícito nas notas das provas físicas realizadas. A título de exemplo, é possível verificar as notas das Provas de Aptidão Física, realizadas aquando da prestação de provas para ingresso como Sargento do QP do Exército.

Em “Caracterização e Análise das Tabelas de Treino Físico na Academia Militar”, da autoria de Bruno Preto, é possível verificar as classificações obtidas por alunos da Academia Militar⁹⁰, discriminadas por sexo, assim como as tabelas classificativas, para o ano de 2012.

Observando esses dados, é possível tirar várias conclusões relativamente aos métodos avaliativos e consequente classificação. Não sendo possível, por razões de economia de espaço, apresentar todas as provas analisadas nesse trabalho, é possível seleccionar três provas, pela sua importância na compreensão das já mencionadas vantagens institucionalizadas, nomeadamente a pista de obstáculos de 350 metros sem arma; a pista de obstáculos de 500 metros sem arma, e o teste de Cooper.

⁸⁹ Tal expressão está aqui apresentada entre aspas já que qualquer tipo de discriminação é, por definição, negativa para um grupo e positiva para outro. Assim, não faz sentido apresentar uma medida discriminativa como apenas positiva.

⁹⁰ Os dados fornecidos pelo estudo em causa são para as avaliações semestrais efetuadas durante os quatro anos de formação básica da Academia Militar. No entanto, nem todos os exercícios são anuais. Por exemplo, a avaliação da pista molhada sem arma é apenas avaliada no primeiro semestre do segundo ano, enquanto o teste de Cooper é avaliado semestralmente, durante os quatro anos.

No primeiro caso, as classificações podem ser encontradas no quadro seguinte, onde se pode verificar que nenhuma aluna obteve as classificações de “Muito Bom” ou “Insuficiente”, tendo havido mais alunos com as classificações de “Insuficiente”, “Suficiente”, “Bom” e “Muito Bom”. Embora as tabelas classificativas sejam as mesmas, é de salientar que do total de 14 obstáculos da pista, as alunas realizam apenas 11, com auxílio em 3 deles. A razão apontada para a não realização de 3 obstáculos por parte das alunas é a de que tais obstáculos seriam prejudiciais à sua constituição física (Preto, 2012, pp. 22–23).

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Insuficiente	2%	0%
Suficiente	12%	10%
Regular	18%	40%
Bom	56%	50%
Muito Bom	12%	0%

Tabela 5 - Classificações da prova de Pista de Obstáculos de 350 metros sem arma, para o 2º semestre do 2º ano de instrução da Academia Militar. Valores em percentagem, discriminados por sexo, conforme Preto, 2012, p. 45.

No segundo caso, a pista de obstáculos de 500 metros, existem 20 obstáculos, com as alunas a realizarem apenas 16, tendo possibilidade de serem ajudadas em 3 deles (Preto, 2012, p. 23).

Neste exercício, as performances femininas são superiores às masculinas, como se pode verificar no quadro seguinte. No entanto, é necessário ter em conta que, segundo as tabelas classificativas, os alunos dispõem do mesmo tempo para a realização desta prova que dispunham para a provas dos 350 metros, tendo que realizar mais 6 obstáculos e 150 metros. As alunas, tendo que realizar mais 5 obstáculos e 150 metros, com ajuda possível em 3 obstáculos, dispõem de 15 segundos adicionais para a realização da prova. A título exemplar, uma aluna que realize a prova em 3 minutos e 15 segundos recebe a classificação 20, enquanto um aluno recebe a classificação 17 (Preto, 2012, p. 66).

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Insuficiente	26%	10%
Suficiente	19%	0%
Regular	20%	20%
Bom	28%	40%
Muito Bom	7%	30%

Tabela 6 - Classificações da prova de Pista de Obstáculos de 500 metros sem arma, para o 2º semestre do 3º ano de instrução da Academia Militar. Valores em percentagem, discriminados por sexo, conforme Preto, 2012, p. 46.

Relativamente ao teste de Cooper (para o caso do segundo semestre do quarto ano), as alunas obtiveram melhor média do que os alunos, ficando com uma média de 14.26 valores, contra os 14.11 dos alunos. No entanto, a distribuição de notas masculinas foi menos homogénea, como se pode verificar no quadro seguinte (Preto, 2012, pp. 34–35).

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Insuficiente	0%	0%
Suficiente	5%	0%
Regular	35%	45%
Bom	54%	55%
Muito Bom	6%	0%

Tabela 7 - Classificações do Teste de Cooper para o 2º semestre do 4º ano de instrução da Academia Militar. Valores em percentagem, discriminados por sexo, conforme Preto, 2012, p. 35.

Quanto às tabelas classificativas, é necessário ter em conta que as tabelas classificativas são diferentes consoante o sexo, pelo que um 14 masculino equivale à corrida de 3180 metros em 12 minutos, e um 14,19 feminino (o valor 14 exato não está tabelado) equivale a 2700 metros em 12 minutos. Aliás, é possível verificar nas tabelas avaliativas que para obter 20 valores, uma aluna tem que completar 3032 metros em 12 minutos (Preto, 2012, p. 61).

Tal como referido anteriormente, diferenciações no tratamento de soldados do sexo feminino em relação aos masculinos podem afetar negativamente a coesão da unidade, por poderem levar à perceção de facilitismos. No entanto, é de salientar que todas as entrevistadas expressaram desdém por tais práticas, mostrando desejo de serem avaliadas e tratadas segundo os mesmos padrões. Também foi referido que compreendiam as diferenças físicas entre homens e mulheres, mas que tais diferenças não deveriam ser razão para um impedimento geral de servir em especialidades operacionais, caso tivessem capacidade demonstrada para tal.

Conclusão

Tendo em conta as entrevistas efetuadas, e a bibliografia consultada para o desenvolvimento deste trabalho, tornou-se aparente que não é possível analisar um exército como se de qualquer outra instituição pública se tratasse, assim como um exército moderno não corresponde a uma visão altamente romantizada de soldados apenas operacionais, sempre prontos para a guerra. Na realidade, um exército moderno pode ser quase “dividido” em duas partes, a operacional e a de suporte, com lógicas de funcionamento e requerimentos individuais diferentes.

Através dessa dualidade, é possível contextualizar os argumentos de defensores/detratores da integração feminina nas especialidades operacionais das forças armadas, sendo seguro afirmar que não existem grandes correntes de detratores de uma integração completa. As entrevistas que se revelaram contra a integração feminina, apenas o eram para especialidades operacionais, principalmente para especialidades de infantaria, e apenas baseadas nas diferenças físicas entre os sexos.

Foi então possível verificar várias atitudes relativas a essa mesma integração, embora em nenhum caso se tenha encontrado apoio a medidas de “discriminação positiva”, com soldados do sexo feminino a mostrarem-se completamente contra tais medidas.

Outras medidas, como palestras ou formações relativamente a questões de género, parecem ter tido pouco apoio, ou simplesmente eram desconhecidas por parte de vários indivíduos. Relativamente às opiniões que atribuíam pouca importância a palestras e ações de formação, era referido que por normalmente serem dadas por pessoas que não conheciam a realidade do Exército ou de unidades operacionais, não correspondiam necessariamente à realidade, e como tal tendiam a ser vistas como uma simples obrigação.

Curiosamente, todas as entrevistadas mostraram perceber que existiam diferenças físicas entre os sexos, e que tal se traduzia em aumento das probabilidades de incorrer em ferimentos ou complicações relativas à fertilidade. No entanto, também afirmavam que correr tais riscos deveria ser uma escolha dada a todos que pretendessem servir o seu país, independentemente do sexo.

Ainda assim, vários dos entrevistados masculinos referiram a maior necessidade de prestar auxílio a soldados sexo feminino, relativamente a soldados do sexo masculino, que atribuíam a uma menor capacidade física feminina, e que dificilmente seria colmatada. Também com o avanço tecnológico, que levará a uma diminuição de cargas a transportar e ao provável aumento do número de efetivos envolvidos em especialidades que não envolvam transporte de grandes cargas (um dos grandes problemas de soldados do sexo feminino), seja possível ver um aumento do número de soldados do sexo feminino e a sua maior aceitação.

Finalmente, foi possível perceber que um dos maiores obstáculos para a integração feminina em especialidades operacionais será um sentido “paternalista”, em que se teme os efeitos de uma mulher morta no campo de batalha, com maior facilidade em aceitar baixas masculinas, o que já tinha sido apontado na bibliografia (a título exemplar, ver Nabors, 1982, p. 59).

Em termos práticos, seria necessária efetuar um estudo de longa duração, na forma de observação participante, no seio de unidades militares, de forma a conseguir perceber melhor as interações e ligações entre indivíduos, e perceber outras vertentes da integração feminina em unidades operacionais que entrevistas não podem revelar. Tal estudo não foi possível devido a restrições temporais relativas à duração do Mestrado e ao tempo disponível para elaboração da presente tese.

Bibliografia

- Alexander, R., Hoogland, J., Howard, R., Noonan, K., & Sherman, P. (1979). Sexual dimorphisms and breeding systems in pinnipeds, ungulates, primates, and humans. In *Evolutionary biology and human social behavior: an anthropological perspective* (pp. 402–435). Massachusetts: Duxbury Press.
- Allen, A., Ladenheim, G., & Stout, K. (2011). Training Female Engagement Teams: Framework, Content Development, and Lessons Learned. *ARMY-MARINE INTEGRATION*, *III*(july), 15–20. Retirado de http://www.globalsecurity.org/military/library/report/call/call_11-35.pdf#page=25
- Andrieu, C. (2000). Women in the French Resistance: Revisiting the Historical Record. *French Politics, Culture & Society*, *18*(1), 13–27. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/42843092>
- ANTECIPADO FIM DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO. (2004, September 14). *Correio Da Manhã*. Retirado de <http://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/antecipado-fim-do-servico-militar-obrigatorio>
- Arnhart, L., Jessee, M., Kerekanich, P., Crosswhite, B., Johnson, D., Grath, A. M., ... Williams, B. (2015). *Gender Integration Study*. Fort Leavenworth. Retirado de [https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/wisr-studies/Army - Gender Integration Study3.pdf](https://www.defense.gov/Portals/1/Documents/wisr-studies/Army_Gender_Integration_Study3.pdf)
- Bedell, Z. (2011). United States Marine Corps Female Engagement Team. Retirado de http://www.nato.int/issues/women_nato/meeting-records/2011/pdf/BEDELL_FETPresentation.pdf
- Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. (B. Brasil, Ed.). Lisboa: DIFEL.
- Breaking Barriers: Alice Miller's Story. (2015, December 2). *Israel Defense Forces*. Retirado de <https://www.idfblog.com/2015/12/02/breaking-barriers-alice-millers-story/>
- Brownson, R. C., Boehmer, T. K., & Luke, D. A. (2005). DECLINING RATES OF PHYSICAL ACTIVITY IN THE UNITED STATES: What Are the Contributors? <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144437>

- Burse, R. L. (1979). Sex differences in human thermoregulatory response to heat and cold stress. *Human Factors*, 21(6), 687–699. Retirado de <https://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-0018642097&partnerID=40&md5=68a1878483bdf352182ccb56ce18404b>
- Campbell, D. (1993). Women in Combat: The World War II Experience in the United States, Great Britain, Germany, and the Soviet Union. *The Journal of Military History*, 57(2), 301–323. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/2944060>
- Carreiras, H. (1999). Mulheres Militares em Portugal (1992-1998) - Políticas, Processos e Protagonistas. *Nação E Defesa*, 88, 81–111. Retirado de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1521/1/NeD088_HelenaCarreiras.pdf
- Carreiras, H. (2004). Mulheres em contextos atípicos: Lógicas de exclusão e estratégias de integração feminina nas Forças Armadas. *Etnográfica*, VIII, 91–115.
- Cawkill, P., Rogers, A., Knight, S., & Spear, L. (2010). Women in Ground Close Combat Roles: The Experiences of other Nations and a Review of the Academic Literature. *Human Systems Group*. Retirado de https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/27406/women_combat_experiences_literature.pdf
- Charles C. Moskos, J. R. (1977). From Institution to Occupation. *Armed Forces & Society*, 4(1), 41–50. <https://doi.org/10.1177/0095327X7700400103>
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. (2014). *II Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança*. (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Ed.). Lisboa: Imagem Digital Gráfica.
- Cox, M. (2016, October 26). First 10 Women Graduate From Infantry Officer Course. *Military.com*. Retirado de <http://www.military.com/daily-news/2016/10/26/first-10-women-graduate-infantry-officer-course.html>
- Crang, J. A. (2010). The revival of the British women’s auxiliary services in the late nineteen-thirties. *Historical Research*, 83(220), 343–357. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2281.2008.00478.x>
- Cunha, S.-A. V. (1997). Feminização das Patentes do Exército. *Jornal Do Exército*,

(455), 4. Retirado de <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=340986&img=15383>

Der, G., & Deary, I. J. (2006). Age and sex differences in reaction time in adulthood: results from the United Kingdom Health and Lifestyle Survey. *Psychology and Aging, 21*(1), 62–73. <https://doi.org/10.1037/0882-7974.21.1.62>

Estudo de Avaliação do Plano Nacional de Acção para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas N.º 1325 (2009-2013). (2014). Lisboa. Retirado de <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2014/07/Relatorio-de-Avaliação-PNA1325.pdf>

Fife, W. (2005). *Doing Fieldwork: Ethnographic Methods for Research in Developing Countries and Beyond*. New York: Palgrave Macmillan.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Lisboa: Almedina.

Fraga, L. A. de. (2006). O Serviço de Saúde no Corpo Expedicionário em França: 1916 – 1918. In Comissão Portuguesa de História Militar (Ed.), *Separata das Actas do XVI Colóquio de História Militar («O Serviço de Saúde Militar»)* (p. 30). Lisboa.

Gill, C. J., & Gill, G. C. (2005). Nightingale in Scutari: Her Legacy Reexamined. *Clinical Infectious Diseases, 40*(12), 1799. <https://doi.org/10.1086/430380>

Grão, L. A. M. (2006). *Enfermeiras Pára-quedistas (1961-2002)*. (Prefácio - Edição de Livros e Revistas, Ed.). Lisboa: Tipografia Lousanense.

Greenberg, J. (1994, November 3). Israeli Woman Sues for Chance to Be a Combat Pilot. *The New York Times*. Hod HaSharon. Retirado de <http://www.nytimes.com/1994/11/03/world/israeli-woman-sues-for-chance-to-be-a-combat-pilot.html>

Greenberg, J. (1996, January 3). Ruling Expands Women's Roles in the Israeli Military. *The New York Times*. Retirado de <http://www.nytimes.com/1996/01/03/world/ruling-expands-women-s-roles-in-the-israeli-military.html>

Gursoy, R. (2010). Sex differences in relations of muscle power, lung function, and reaction time in athletes. *Perceptual and Motor Skills, 110*(3 Pt 1), 714–720.

<https://doi.org/10.2466/PMS.110.3.714-720>

Halloran, R. (1984, March 24). Large Exercise With Honduras To Start April 1. *The New York Times*. Washington. Retirado de <http://www.nytimes.com/1984/03/24/world/large-exercise-with-honduras-to-start-april-1.html>

Harding, T.-C. T. (2010). *Women in Combat Roles: Case Study of Female Engagement Teams*. Retirado de dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a561195.pdf

Haring, E. (2016, October 15). Marines' requirements for infantry officers are unrealistic, Army colonel says. *Marine Corps Times*. Retirado de <https://www.marinecorpstimes.com/articles/marines-requirements-for-infantry-officers-are-unrealistic-army-colonel-says>

Harries-Jenkins, G. (2002). Women in Extended Roles in the Military: Legal Issues. *Current Sociology*, 50(5), 745–769. <https://doi.org/10.1177/0011392102050005008>

Henderson, D. (1985). *Cohesion, the human element in combat: leadership and societal influence in the armies of the Soviet Union, the United States, North Vietnam, and Israel*. Washington, D.C.: National Defense University Press. Retirado de https://www.files.ethz.ch/isn/139659/1985-02_Cohesion_Human_Element.pdf

Hookham, M. (2016, April 3). Fitness test “relaxed” to help put women on front line. *The Sunday Times*. Retirado de <https://www.thetimes.co.uk/edition/news/fitness-test-relaxed-to-help-put-women-on-front-line-79d7bxp25>

II Plano Nacional de Ação para Implementação da RCSNU 1325 (2014-2018) Relatório intercalar de execução 2015. (2016). Retirado de <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2016/05/Relatorio-Intercalar-de-Execução-do-II-PNAI-1325-2015.pdf>

Interim Report on the Health Risks to Women in Ground Close Combat Roles. (2016). Retirado de https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/536381/20160706_ADR006101_Report_Women_in_Combat_WEB-FINAL.PDF

Jardine, R., & Martin, N. G. (1983). Spatial ability and throwing accuracy. *Behavior*

Genetics, 13(4), 331–340. <https://doi.org/10.1007/BF01065771>

Kanter, R. (2008a). *Men and Women of the Corporation: New Edition*. Hachette UK. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=knM4DgAAQBAJ&hl=pt-PT>

Kanter, R. (2008b). Some Effects of Proportions on Group Life: Skewed Sex Ratios and Responses to Token Women. In J. Levine & R. Moreland (Eds.), *Small Groups: Key Readings* (pp. 37–54). Psychology Press. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=p4F5AgAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>

Kelty, R., & Segal, D. (2009). The Civilianization of the US Military: Army and Navy Case Studies of the Effects of Civilian Integration on Military Personnel Ryan Kelty, David R. Segal. In T. Jäger & G. Kümmel (Eds.), *Private Military and Security Companies: Chances, Problems, Pitfalls and Prospects* (pp. 213–239). VS Verlag für Sozialwissenschaften. Retirado de https://books.google.pt/books?id=_QdHAAAAQBAJ

Lanthers, Y., & Vale, M. (n.d.). Saint Joan of Arc. In *Encyclopædia Britannica*. Encyclopædia Britannica, inc. Retirado de <https://www.britannica.com/biography/Saint-Joan-of-Arc>

Lassek, W. D., & Gaulin, S. J. C. (2009). Costs and benefits of fat-free muscle mass in men: relationship to mating success, dietary requirements, and native immunity. *Evolution and Human Behavior*, 30(5), 322–328. <https://doi.org/10.1016/j.evolhumbehav.2009.04.002>

Lintunen, T. (2014). Women at War. In T. Tepora & A. Roselius (Eds.), *The Finnish Civil War 1918: History, Memory, Legacy*. Brill. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=2xCJBAAAQBAJ>

Lousada, I. (2011). *Pela Pátria: A Cruzada das Mulheres Portuguesas (1916--1938)*. (Comissão Portuguesa de História Militar – Ministério da Defesa Nacional, Ed.), *XIX Colóquio de História Militar - 100 Anos de Regime Republicano: Políticas, Rupturas E Continuidades*. Retirado de http://run.unl.pt/bitstream/10362/7007/4/11_IX_sessao_10_isabel_lousada.pdf

McDougall, G. (1998). *Systematic rape, sexual slavery and slavery-like practices during armed conflict: final report / submitted by Gay J. McDougall, Special*

- Rapporteur.* Retirado de http://hrlibrary.umn.edu/demo/ContemporaryformsofSlavery_McDougall.pdf
- Ministry of Defence. (n.d.). The findings of the tri-service 2014 review of the exclusion of women from ground close combat (GCC) roles. Retirado de <https://www.gov.uk/government/publications/women-in-ground-close-combat-gcc-review-paper>
- Morden, B. (1990). *The Women's Army Corps 1945-1978*. Washington: U.S. Army Center of Military History. Retirado de http://www.history.army.mil/html/books/030/30-14-1/cmhPub_30-14.pdf
- Moreira, H., Moura, A., Pinheiro, P., & Ribeiro, I. (2013). As Mulheres no Exército Português: percepção de integração e o desenvolvimento da carreira. *Revista Militar*, (2536), 415–444. Retirado de <http://www.revistamilitar.pt/artigo/824>
- Moskos, C. (1984). Female GIs in the Field. *Society*, 22(6), 28–33. <https://doi.org/10.1007/BF02695836>
- Mullen, B., & Copper, C. (1994). The Relation Between Group Cohesiveness and Performance: An Integration. *Psychological Bulletin*, 115(2)(março), 210–227. Retirado de dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA296297
- Nabors, M. R. (1982). Women in the Army: Do They Measure Up? *Military Review*, (62), 50–61.
- NATO. (2015). *Summary of the National Reports of NATO Member and Partner Nations to the NATO Committee on Gender Perspectives*. Retirado de http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2017_01/20170113_2015_NCGP_National_Reports_Summary.pdf
- NATO. (2016). *Summary of the National Reports of NATO member and Partner Nations 2014*. Retirado de http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2016_03/Summary.pdf
- O'Mahony, P. (2008, February 21). Heraldists want penis reinstated on military badge. *The Local*. Retirado de <https://www.thelocal.se/20080221/10064>
- Owen, J. (2007, May 16). A Band of Sisters Plays Key Role In Iraq Security. *Navy News Service*. Retirado de

http://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=29416

Parsons, T. D., Larson, P., Kratz, K., Thiebaut, M., Bluestein, B., Buckwalter, J. G., & Rizzo, A. A. (2004). Sex differences in mental rotation and spatial rotation in a virtual environment. *Neuropsychologia*, 42(4), 555–562. <https://doi.org/10.1016/j.neuropsychologia.2003.08.014>

Preto, A. B. F. P. (2012). *Caracterização e Análise das Tabelas de Treino Físico na Academia Militar*. Academia Militar. Retirado de [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6857/1/TIA Final - Asp Preto.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6857/1/TIA%20Final%20-%20Asp%20Preto.pdf)

Price, A. (2016). *Blitz on Britain 1939-45*. History Press. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=r4G3DAAAQBAJ>

Resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2009 (2009). Presidência do Conselho de Ministros. Retirado de <https://dre.pt/application/file/488693>

Rice, C. (2015). Women in the Infantry: Understanding Issues of Physical Strength, Economics, and Small-Unit Cohesion. *Military Review*, (Março-Abril), 48–55.

Rielly, R. (2000). Confronting the Tiger: Small Unit Cohesion in Battle. *Military Review*, 80(6), 61–65. Retirado de [http://usacac.army.mil/sites/default/files/documents/cace/DCL/DCL_SmallUnit Cohesion.pdf](http://usacac.army.mil/sites/default/files/documents/cace/DCL/DCL_SmallUnitCohesion.pdf)

Schaefer, A., Wenger, J., Kavanagh, J., Wong, J., Oak, G., Trail, T., & Nichols, T. (2015). *Implications of Integrating Women into the Marine Corps Infantry*. Santa Monica: RAND Corporation. Retirado de https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1103.html

Schoenau, E. (2001). The Development of Bone Strength at the Proximal Radius during Childhood and Adolescence. *Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, 86(2), 613–618. <https://doi.org/10.1210/jc.86.2.613>

Sculthorpe, T. (2016, April 3). Army fitness tests to be re-written to make sure female soldiers can qualify for front line duty. *Daily Mail*. Retirado de <http://www.dailymail.co.uk/news/article-3521538/Army-fitness-tests-written-make-sure-female-soldiers-qualify-line-duty.html>

Seck, H. H. (2017, January 13). Another Woman to Attempt Marines' Infantry Officer

- Course. *Military.com*. Retirado de <http://www.military.com/daily-news/2017/01/13/another-woman-attempt-marines-infantry-officer-course.html>
- Segal, M. W. (1995). Women's Military Roles Cross-Nationally. *Gender & Society*, 9(6), 757–775. <https://doi.org/10.1177/089124395009006008>
- Serra, R. (2014). *Nós, Enfermeiras Paraquedistas* (1^a). Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Shields, P. (1988). Sex Roles in the Military. In C. Moskos & F. Wood (Eds.), *The Military: More than a Job?* (pp. 47–58). New York: Pergamon-Brassey's International Defense Publishers.
- Stites, R. (1978). *The Women's Liberation Movement in Russia: Feminism, Nihilism, and Bolshevism, 1860-1930*. Princeton University Press. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=qy679HV7AmkC>
- Summers, C. C. H. (2013). Women: The Combat Multiplier of Asymmetric Warfare. *Military Review*, 93(4), 71–78. Retirado de http://usacac.army.mil/cac2/militaryreview/archives/english/militaryreview_20130831_art013.pdf
- Swedish military lion gets the snip after women troops protest. (2007, December 15). *Daily Mail*. Retirado de <http://www.dailymail.co.uk/news/article-502497/Swedish-military-lion-gets-snip-women-troops-protest.html>
- Thom, D. (2000). TNT Poisoning and the Employment of Women Workers in the First World War. In *Nice Girls and Rude Girls: Women Workers in World War I* (pp. 122–143). I. B. Tauris. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=isTgID40vLoC>
- Torrão, S. (2011). *Anjos na Guerra - A aventura das enfermeiras paraquedistas portuguesas*. (F. Camacho, Ed.) (1^a). Alfragide: Oficina do Livro.
- Trouillard, S. (2014, December 30). Prostituées et soldats, le couple indissociable de la Grande Guerre. *France24*. Retirado de <http://www.france24.com/fr/20141213-sexe-prostitution-xxx-grande-guerre-bordel-militaire-poilus-soldat-putain-bmc-proxenetete->
- Turner, V. (1969). *The ritual process : structure and anti-structure*. London: Routledge.

- Ullgren, S. (2007, December 12). Kvinnor fick lejonet stympat. *Göteborgs-Posten*. Retirado de <http://www.gp.se/nyheter/sverige/kvinnor-fick-lejonet-stympat-1.1226481>
- United Nations Security Council. (2000). Resolution 1325 (2000). Retirado de <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>
- Varela, C. (2017, March 5). Comandos em combate capturam líderes rebeldes. *Jornal de Notícias*. Retirado de <http://www.jn.pt/nacional/interior/comandos-abrem-fogo-e-travam-rebeldes-armados-em-missao-da-onu-5706448.html>
- Voyer, D., Voyer, S. D., & Saint-Aubin, J. (2016). Sex differences in visual-spatial working memory: A meta-analysis. *Psychonomic Bulletin & Review*. <https://doi.org/10.3758/s13423-016-1085-7>
- Wells, J. C. K. (2007). Sexual dimorphism of body composition. *Best Practice and Research: Clinical Endocrinology and Metabolism*, 21(3), 415–430. <https://doi.org/10.1016/j.beem.2007.04.007>
- WOMEN IN GROUND CLOSE COMBAT FINDINGS PAPER – 17 MAY 2016*. (n.d.). Retirado de https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/536423/20160615-WGCC-COSIfindings-Public_FINAL.pdf

Anexo I

Provas de Aptidão Física para admissão de Sargentos em RC/RV:

Ano 2006 (conforme Despacho nº 2197/2006)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
Extensão Braços Solo	28	14
Abdominais (60'')	33	28
Teste cooper (12 minutos)	2300m	2100m
Transposição do Muro	0.60 m	0.60 m
Passagem do pórtico	Sim (4m de altura)	Sim (4m de altura)

Ano 2007 (conforme Despacho nº 27477/2007)

Ano 2008 (conforme Despacho nº 12854/2008)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
Extensão Braços Solo	26	13
Abdominais (60'')	33	28
Teste cooper (12 minutos)	2300m	2100m
Transposição do Muro	0.70 m	0.60 m
Passagem do pórtico	Sim (4m de altura)	Sim (4m de altura)

Ano 2009 (conforme Despacho nº 10970/2009, embora já em 2008 o Despacho nº 26064/2008 já anunciasse a abertura, em 2009, de um concurso de admissão de voluntários para a prestação de serviço militar em regime de contrato na categoria de sargentos com os requerimentos aqui expostos)

Ano 2010 (conforme Despacho nº 5171/2010)

Ano 2012 (conforme Despacho nº 15553/2012)

Ano 2013 (conforme Aviso nº 12042/2013)

Ano 2014 (conforme Despacho nº 5982/2014)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
Extensão Braços Solo	15	15
Abdominais (60'')	25	25
Teste cooper (12 minutos)	2000m	2000m
Transposição do Muro	0.60 m	0.60 m
Passagem do pórtico	Sim (4m de altura)	Sim (4m de altura)

Ano 2011 – Sem Informação

Ano 2015 (conforme Despacho 5378/2015)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
Extensão Braços Solo	15	15
Abdominais (60'')	25	25
Teste cooper (12 minutos)	2000m	2000m
Transposição do Muro	0.60 m	0.60 m
Passagem do pórtico	Não	Não

Ano 2015 (conforme Aviso 12956/2015, diferente do Despacho 5378/2015, sendo o primeiro caso datado de 6 de novembro de 2015, e o segundo de 14 de maio de 2015)

Ano 2016 (conforme Aviso nº 9378/2016)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
Extensão Braços Solo	05	05
Abdominais (60'')	20	20
Teste cooper (12 minutos)	2000m	2000m
Transposição do Muro	0.60 m	0.60 m
Passagem do pórtico	Não	Não

Provas de Aptidão Física para admissão de Sargentos em QP:

Ano 2000 (conforme Aviso nº 4171/2000)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	11.6''	13''
Extensão Braços Solo	32	15
Abdominais (60'')	30	25
Corrida 2400 metros	11'30''	13'00''
Transposição do Muro	1m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (longitudinal)	Sim (transversal)
Transposição da vala	3.3m	2.5m
Flexões na trave	5	-
Salto em extensão	2m	1.7m

Ano 2001 (conforme Aviso nº 5309/2001)

Ano 2002 (conforme Aviso nº 8781/2002)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	12''	13.5''
Extensão Braços Solo	-	16
Abdominais (60'')	32	30
Corrida 2400 metros	11'30''	13'00''
Transposição do Muro	1m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (15'')	Sim (15'')
Transposição da vala	3.3m	2.5m
Flexões na trave	4	-
Salto em extensão	2m	1.7m
Salto em elevação	0.45m	0.35m

Ano 2003 (conforme Aviso nº 5900/2003)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	12.5''	13.5''
Extensão Braços Solo	-	15
Abdominais (60'')	32	30
Teste de Cooper (12')	2400m	2200m
Transposição do Muro	1m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (15'')	Sim (15'')
Transposição da vala	3.3m	2.5m
Flexões na trave	3	-
Salto em extensão	-	-
Salto em elevação	-	-

Ano 2004 (conforme Aviso nº 5900/2003)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	12''	13.5''
Extensão Braços Solo	-	16
Abdominais (60'')	32	30
Teste de Cooper (12')	2500m	2200m
Transposição do Muro	1m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (15'')	Sim (15'')
Transposição da vala	3.3m	2.5m
Flexões na trave	4	-
Salto em extensão	-	-
Salto em elevação	-	-

Ano 2006 (conforme Aviso nº 4785/2006)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	12''	14''

Extensão Braços Solo	-	15
Abdominais (60'')	36	30
Teste de Cooper (12')	2400m	2100m
Transposição do Muro	0.9m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (longitudinal)	Sim (longitudinal)
Transposição da vala	3.3m	2.5m
Flexões na trave	3	-
Salto em extensão	-	-
Salto em elevação	-	-

Ano 2008 (conforme Aviso nº 11122/2008)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	12''	14''
Extensão Braços Solo	-	15
Abdominais (60'')	36	30
Teste de Cooper (12')	2400m	2100m
Transposição do Muro	0.9m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (20'')	Sim (20'')
Transposição da vala	3.0m	2.5m
Flexões na trave	3	-
Salto em extensão	-	-
Salto em elevação	-	-
Salto em elevação	-	-

Ano 2009 (conforme Aviso nº 9545/2009)

Ano 2010 (conforme Aviso nº 6175/2010)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	12''	14''
Extensão Braços Solo	-	15
Abdominais (60'')	36	30
Teste de Cooper (12')	2400m	2100m
Transposição do Muro	0.9m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (20'')	Sim (20'')
Transposição da vala	3.0m	2.5m
Flexões na trave	3	-

Ano 2011 (conforme Aviso nº 8926/2011)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
50 metros planos	7''47	9''25
Extensão Braços Solo	-	-
Abdominais (60'')	-	-
Teste de Cooper (12')	2270m	2040m
Transposição do Muro	0.9m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (30'')	Sim (30'')
Transposição da vala	-	-
Flexões na trave	2	1
Salto em extensão	1.65m	1.45m
Salto em elevação	-	-

Ano 2012 (conforme Aviso nº 7020/2012)

Ano 2013 (conforme Aviso nº 8187/2013)

Ano 2014 (conforme Aviso nº 5162/2014)

Ano 2015 (conforme Aviso nº 3123/2015)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	11.5''	13.5''
Extensão Braços Solo	-	-
Abdominais (60'')	-	-
Teste de Cooper (12')	2400m	2100m
Transposição do Muro	0.9m	0.7m
Passagem do pórtico	Sim (60'')	Sim (60'')

Transposição da vala	3.0m	2.5m
Flexões na trave	3	1
Salto em extensão	1.80m	1.60m
Salto em elevação	-	-

Ano 2016 (conforme Aviso nº 4733/2016)

Ano 2017 (conforme Aviso nº 3678/2017)

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Altura Mínima	1.60m	1.56m
80 metros planos	11.5''	13.5''
Extensão Braços Solo	-	-
Abdominais (60'')	40	33
Teste de Cooper (12')	2400m	2100m
Transposição do Muro	0.9m	0.7m
Passagem do pórtilo	Sim (60'')	Sim (60'')
Transposição da vala	3.0m	2.5m
Flexões na trave	3	1
Salto em extensão	1.80m	1.60m
Salto em elevação	-	-